

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo gasta R\$ 40,5 bi fora da meta fiscal por incêndios e enchentes 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo programa de repatriação mantém polêmica sobre declaração e cálculo do IR 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica nega afrouxamento em ajuste fiscal 7

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em vez de aumentar, governo reduz a contenção de gastos (Editorial) 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

'Superidosos' lideram avanço de beneficiários da Previdência Social 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previ prepara selo de responsabilidade ambiental e social de empresas investidas 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Parei de advogar para vender marmitas : o que está por trás da explosão de MEIs no Brasil?
..... 17

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS dispensa carência para consignado e espera dobrar arrecadação com leilão da folha de
aposentados 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não há nada pior para questão fiscal do que juros altos" 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad vê Brasil mais perto do grau de investimento 32

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma administrativa antes da tributária, defende Zema 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Número 2 da Fazenda fala em voltar ao STF para usar "dinheiro esquecido" 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado eleva projeção de inflação para 4,37%, com a Selic indo a 11,5% este ano 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Analistas alinham a alta do PIB em 3% para 2024 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Após alta de juros, mercado aumenta de novo projeção para taxa 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dúvidas fiscais e respostas oficiais - MÍRIAM LEITÃO 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Salvação do arcabouço passa por rever gastos obrigatórios, diz Bijos 42

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Europeus resistem a cortar programas sociais para voltar a financiar defesa 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Desconfiança do mercado com a política fiscal aumenta e juro futuro salta à máxima do ano
..... 48

Governo gasta R\$ 40,5 bi fora da meta fiscal por incêndios e enchentes

THAÍS BARCELLOS email@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo federal já gastou este ano R\$ 40,5 bilhões fora da meta zero das contas públicas com despesas relacionadas a queimadas que atingem vários estados do país e às enchentes de maio no Rio Grande do Sul. Contabilizando esse montante, a projeção de déficit este ano chega a R\$ 68,8 bilhões. Para fins de contabilidade da meta, no entanto, esses gastos não entram no cálculo, e a estimativa é deficitária em R\$ 28,3 bilhões, muito perto do limite inferior, de R\$ 28,8 bilhões.

Com aval do Congresso e do Judiciário, as despesas para enfrentar as tragédias foram excluídas do cálculo de resultado primário, usado para avaliar se a meta será cumprida ou não. Por outro lado, esses gastos aumentam a dívida pública. Atualmente, a dívida bruta está em 78,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), percentual considerado muito elevado.

Especialistas em contas públicas argumentam que os gastos fora da meta funcionam como mais uma brecha no arcabouço fiscal.

Ontem, o governo divulgou o relatório bimestral de receitas e despesas. A previsão de economia com a revisão de benefícios do **INSS** este ano caiu R\$ 2,2 bilhões. No total, o governo esperava poupar R\$ 9 bilhões. Agora, são R\$ 6,8 bilhões.

CRÍTICAS AO GOVERNO

Analistas do mercado têm feito críticas sobre a revisão do Orçamento deste ano, enviada ao Congresso na última sexta-feira. Eles avaliam que o governo continua a superestimar as receitas e subestimar as despesas.

-Temos feito um esforço maior para ajustar as contas do país e atingir as metas fiscais por nós estabelecidas. Há de fato um incômodo da equipe quando a gente percebe alguma irracionalidade na repercussão, quando se ignora alguns fatos da realidade e alguns números que se apresentam -disse Durigan. -O fiscal se recuperou e está superando as expectativas. Isso é um fato. Outro fato é que a economia está surpreendendo em sua performance e superando as expectativas.

No relatório do 4º bimestre, houve liberação de R\$ 1,7 bilhão em gastos do Orçamento de 2024. No total, o congelamento passou de R\$ 15 bilhões para R\$ 13,3 bilhões graças ao crescimento das estimativas de receita, embora os gastos obrigatórios sigam em trajetória de alta.

O governo informou um novo bloqueio de gastos de R\$ 2,1 bilhões, com surpresa no crescimento das despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários e assistenciais, mas zerou o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões por conta do aumento de receitas.

Durigan disse que decisões de outros Poderes às vezes afetam a execução orçamentária. Ele citou, por exemplo, decisões da Justiça que aumentaram em R\$ 2,6 bilhões o gasto previsto com Requisições de Pequeno Valor (RPV), espécie de precatório de volume pequeno.

FRUSTRAÇÃO COM **CARF**

O governo reconheceu a frustração com uma das apostas para arrecadação extra este ano: os desempates nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A expectativa anterior era de arrecadação de R\$ 37,7 bilhões. Agora, é de R\$ 847 milhões de setembro a dezembro.

O secretário da Fazenda disse que é preciso avaliar o uso do chamado "dinheiro esquecido" como recurso primário ou se é necessário algum ajuste.

A medida foi alvo de embate com o Banco Central. Conforme as recomendações internacionais, a autoridade monetária não considera os recursos como receita primária, porque não é fruto de esforço fiscal da União. Inicialmente, projeto aprovado no Congresso determinava que o BC, que faz a contabilidade final do resultado das contas públicas, considerasse os valores como receitas primárias, mas a autoridade monetária discordou da tese.

-Os recursos esquecidos no sistema financeiro nacional não pertencem aos bancos. A previsão do direito brasileiro é que, em algum momento, (eles) sejam incorporados ao poder público. De alguma maneira é um esforço fiscal, que tem toda cara de

esforço fiscal - disse Dario Durigan.

O relatório bimestral do Orçamento trouxe aumento de R\$ 10,1 bilhões nas estimativas de dividendos e participações devido a "pagamentos comunicados ou já realizados superiores aos projetados". Nesse caso, deve-se à distribuição extra de dividendos do BNDES calculados sobre um total de R\$ 25 bilhões. Houve também alta de R\$ 4,9 bilhões com royalties.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novo programa de repatriação mantém polêmica sobre declaração e cálculo do IR

Laura Ignacio De São Paulo

A principal polêmica dos programas de repatriação dos anos de 2016 e 2017 voltou à tona. A regulamentação da Lei nº 14.973, que reabre o Regime Especial de Regularização Geral de Bens Cambial e Tributária (RERCT), deixa brechas para interpretações sobre usar a "foto" ou o "filme" para fazer a declaração dos ativos e o cálculo do imposto de 15% e da multa de 15%.

Quando é usada a "foto" trata-se do valor do patrimônio na data de corte para adesão ao programa - desta vez, 31 de dezembro de 2023. Já o "filme" consideraria as oscilações desses ativos nos últimos cinco anos, ou seja, no período entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro do ano passado.

Essa inconsistência aparece em pelo menos dois pontos da Instrução Normativa da **Receita Federal** nº 2221, publicada na sexta-feira, para regulamentar a Lei nº 14.973.0 artigo 3º diz que o RERCT aplica-se a todos os recursos, bens ou direitos de origem lícita de residentes, ou domiciliados no país até 31 de dezembro de 2023, "incluídas as movimentações anteriormente existentes". Já o artigo 7º determina que a descrição dos recursos, bens ou direitos deverá constar da declaração de regularização, mesmo se não houver saldo em 31 de dezembro de 2023.

"Continua a polêmica da foto ou filme. Pela IN, mesmo quem não tem valor nenhum em 31 de dezembro de 2023 deve declarar, o que quer dizer que tem que contar o histórico", afirma a advogada Thaís Françoso, sócia do FF Advoga dos.

Em 2016 e 2017, a **Receita Federal** defendeu o uso de todas as movimentações patrimoniais. Contudo, os especialistas, em geral, adotaram o valor dos ativos na data de corte - na época 31 de dezembro de 2014 - para o cálculo do imposto e da multa. "Naquele momento, orientamos os clientes a declarar pelo "filme" e pagar com base na "foto" e não houve problema", diz Thaís.

O advogado tributarista Ma-theus Bueno, do Bueno Tax Lawyers, pondera o atual contexto político e econômico. "Das famílias que atendemos para a adesão à repatriação lá atrás, as que pagaram e declararam pela "foto" não tiveram problemas com o

Fisco, mas agora, com a atual busca por arrecadação, não sei como será", afirma.

No ano de 2019, a **Receita Federal** chegou a notificar contribuintes donos de offshore no exterior que aderiram ao RERCT, em 2016 ou 2017, por suspeita de que os bens declarados teriam sido subavaliados para reduzir o pagamento do IR e escapar de qualquer risco de acusação de crime de evasão de divisas. Mas não se soube de casos de notificação pelo uso da "foto" na repatriação.

A IN diz também que as informações prestadas no RERCT não são passíveis de compartilhamento com os Estados, Distrito Federal e municípios. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) vedou o compartilhamento de informações prestadas no RERCT (ADI 5729). Mas, alerta Thaís, como o contribuinte terá que informar na declaração anual do IR bens transferidos ou doados, "essas informações acabam sendo compartilhadas para a cobrança de ITCMD".

Para Bueno, especialmente porque a **reforma tributária** poderá aumentar a alíquota do ITCMD, tem muito mais gente preocupada com a questão e que poderá aproveitar a oportunidade do RERCT para transferir a titularidade. A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, instituiu a cobrança progressiva de ITCMD. Assim, quanto maior o valor do patrimônio, mais alta a alíquota, que vai de 2% a 8%.

"Não deve ser o sucesso de 2016, mas já temos reuniões agendadas", diz o advogado. Naquele ano, 25 mil pessoas físicas e 100 empresas aderiram, gerando arrecadação de R\$ 46,8 bilhões. Em 2017, foram 1.915 pessoas físicas e 20 empresas, com arrecadação de R\$ 1,6 bilhão.

O advogado acredita que um ponto de provável discussão será como comprovar a licitude de patrimônio de gerações atrás, fruto de herança. "Por outro lado, o artigo 22 da IN deixa evidente que o Fisco só poderá contestar a origem do ativo se tiver algum indício, não pode exigir a comprovação imediata", diz.

Segundo o advogado Marcos Paiva, sócio do Choib Paiva ejusto Advogados Associados, como nem a lei que reabriu o programa de repatriação nem a IN que a

regulamenta mencionam vedação a político, funcionário público e parentes de aderir ao RERCT, desta vez eles também podem aproveitar os benefícios de pagar IR e multa em percentual reduzido e de ficar isento de eventuais crimes como os de sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

"Devem ser a maioria agora no programa porque não podiam entrar antes, o que foi uma falta de isonomia", afirma Paiva. "Se a origem dos ativos é lícita, tanto faz quem vai entrar na anistia", acrescenta. Em 2017, o irmão do ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Carlos Jereissati, teve que recorrer ao Judiciário para participar do programa de repatriação. A juíza da 9a Vara Cível de São Paulo Cris-tiane Farias Rodrigues dos Santos deu liminar favorável a ele por con- siderar que a vedação não deveria ser aplicada a familiares.

Outra diferença em relação à repatriação de 2016 e 2017, destaca Paiva, é que quem deve declarar o valor de trust à Receita é o beneficiário. "Nas duas primeiras anistias tanto o beneficiário quanto o instituidor do trust poderiam fazer isso", diz.

A Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat) pode ser enviada e retificada até o dia 15 de dezembro. Mas há obrigações paralelas como a retificação da declaração de IRdo ano-base de 2023.

A advogada Ana Utumi, do Utumi Advogados, lembra também que, em 2016 e 2017, foi muito difícil convencer os bancos estrangeiros a mandarem informações sobre contas via SWIFT, um sistema usado para a transferência de recursos, não de informações. "Na nova legislação, há de novo a obrigação de obter a confirmação dos saldos no exterior via SWIFT", afirma.

Porém, desta vez, aponta Ana, a Dercat será enviada ao mesmo tempo para a Receita e o Banco Central. "Não será necessário retificar a DCBE [Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior], pois as informações fornecidas para a Receita serão com-partilhadas com o Banco Central, o que elimina o risco de aplicação de multa por atraso na entrega da DCBE", diz. De acordo com a IN, para a atualização cambial deverá ser usada a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2023.

A regulamentação detalha ainda que se, até o dia 16 de setembro deste ano, o contribuinte já pagou IR e multa sobre ativo que agora poderia ser incluído no RERCT, não pode voltar atrás. E quem tiver autuação fiscal após essa data sobre ativos incluídos no programa de regularização, pode desconsiderar.

Será excluído do RERCT o contribuinte que apresentar declarações ou documentos falsos. Nesse

caso, diz a IN, o contribuinte será notificado e terá dez dias para contestar ou deverá quitar tributo e multa integralmente, com juros, além de poder responder pela dívida na esfera administrativa, cível e penal.

"Funcionário público, político e parentes são a maioria dos que devem aderir" Marcos Paiva

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187993>

Equipe econômica nega afrouxamento em ajuste fiscal



Dario Durigan: será possível chegar ao fim do ano cumprindo a meta fiscal "sem criatividade ou artifício"

Jéssica Sant"Ana, Guilherme Pimenta e Estevão Taiar De Brasília

A equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou ontem que a liberação de R\$ 1,7 bilhão em gastos para os ministérios seja um afrouxamento da política de ajuste fiscal. A avaliação diverge da análise realizada por economistas após a divulgação, na sexta-feira (20), do quarto Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Orçamento.

Na sexta-feira, governo reduziu de R\$ 15 bilhões para R\$ 13,3 bilhões a contenção de gastos.

Também diminuiu a projeção de déficit primário para este ano, que passou de R\$ 28,8 bilhões, estimados em julho, para um rombo de R\$ 28,3 bilhões, uma sobra de R\$ 400 milhões em relação ao limite inferior da meta.

Em entrevista coletiva, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que as projeções trazidas no relatório são conservadoras e que será possível chegar ao fim do ano cumprindo a meta fiscal "sem criatividade ou artifício".

"Estamos acompanhando com cuidado o desenvolvimento das receitas e despesas. [Fizemos] ajustes em várias frentes, garantindo que a gente chegue de agora até o fim do ano com regularidade, sem nenhum tipo de criatividade, sem nenhum tipo de artifício diferente do que as regras legais do país nos determinam." Ele mencionou a nova projeção de receitas para o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que passou para R\$ 847

milhões, ante a previsão inicial do começo do ano de arrecadar R\$ 55 bilhões, e a redução em R\$ 3,5 bilhões na estimativa com concessões e permissões em relação ao relatório de julho. Estas eram duas rubricas apontadas como superestimadas pelos especialistas.

Por outro lado, a equipe econômica revisou de 2,54% para 3,21% a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que ajuda a elevar as receitas previstas de forma geral.

Além disso, incluiu no relatório R\$ 18,3 bilhões em novas receitas para compensar a desoneração da folha de pagamento.

A receita com a apropriação de recursos esquecidos nos bancos (R\$ 8,6 bilhões) não foi incluída.

Uma falha no projeto aprovado pelo Congresso não trouxe todos os códigos bancários necessários para o governo fazer a apropriação desses recursos, e a solução está sendo estudada, o que pode incluir edição de medida provisória.

A equipe econômica defende que esses recursos sejam contabilizados na meta de resultado primário. Mas o Banco Central (BC) já afirmou, em nota técnica, que esses recursos são receitas financeiras e que, portanto, não entram para o cômputo da meta.

Diante do imbróglio, o valor não entrou no relatório, assim como não constou a expectativa de arrecadação com atualização dos valores dos bens imóveis, devido à dificuldade de previsão.

Pelo lado das despesas, o governo reduziu de R\$ 9,06 bilhões para R\$ 6,8 bilhões a economia estimada com ações relacionadas à Previdência neste ano. Houve uma redução de R\$ 1,9 bilhão da economia esperada com o Atestmed (concessão de auxílio doença por análise digital, sem passar por perícia médica) e de R\$ 300 milhões na economia projetada com o pente-fino dos benefícios por incapacidade.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse que novas alterações nas projeções poderão ser feitas no quinto Relatório Bimestral, a ser divulgado em novembro, se for necessário. Porém, ele também reafirmou que os

números trazidos são críveis.

Guimarães lembrou que a equipe econômica manteve a existência do faseamento da execução das despesas. Ou seja, os recursos disponíveis dos ministérios serão liberados aos poucos, a fim de que haja espaço para bloquear ou contingenciar em novembro, se houver necessidade.

É como se fosse uma segunda camada de contenção de gastos.

Atualmente, há R\$ 40 bilhões retidos por esse faseamento, e o novo decreto atualizando esse valor será liberado até o fim do mês.

Ainda durante a entrevista coletiva, Guimarães voltou a descartar mudança na meta fiscal deste ano. "Não seria nem viável uma alteração de meta após o último Bimestral, ou muito próximo disso", comentou. Segundo o secretário, uma mudança na meta de déficit zero "iria contra a nossa racionalidade", ao citar o trabalho que a equipe econômica tem feito ao longo do ano.

O número 2 do Ministério do Planejamento também reforçou o discurso de que o governo mira na meta zero, apesar de, na prática, a equipe econômica mirar no limite inferior da banda de primário para contingenciar ou descontingenciar recursos. Como houve uma folga de R\$ 400 milhões na meta de primário, considerando a banda, os recursos foram descontingenciados, o que gerou críticas de especialistas, que apontam que o Orçamento ainda conta com receitas incertas até o fim do ano.

Outra crítica de economistas foi feita em relação às despesas fora da meta de primário, que cresceram R\$ 11,7 bilhões, chegando a R\$ 40,5 bilhões. Sobre isso, Guimarães afirmou que "há zelo e preocupação com valores que ficam fora da meta", mas não apresentou soluções para um problema que tem se repetido ano após ano.

"Os números apresentados podem ser considerados negativos como retrato da situação fiscal e para a credibilidade das projeções.

Foi preciso encontrar elevado volume de receitas não recorrentes para praticamente evitar cortes de despesas discricionárias em busca do cumprimento da meta de primário, mesmo com obrigatórias crescendo", avalia Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, em relatório a clientes.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1§ion=1>

Em vez de aumentar, governo reduz a contenção de gastos (Editorial)

As despesas continuam crescendo acima das receitas, o governo tem uma meta central de déficit zero e seria de supor que, na regular revisão bimestral de ambas, houvesse um aperto compensatório, que não ocorreu. O contingenciamento, feito quando as receitas não estão dentro do previsto, foi reduzido de R\$ 3,8 bilhões para zero.

O bloqueio, que ocorre quando as despesas correm o risco de ultrapassar o teto, foi acrescido de R\$ 1,7 bilhão. No total a contenção de gastos foi reduzida de R\$ 15 bilhões para R\$ 13,3 bilhões.

O governo poderá cumprir piso da meta, de R\$ 28,7 bilhões, mas isso será devido em grande parte à somatória de expedientes permitidos pelo novo regime fiscal e pelos créditos extraordinários, que não são computados no objetivo fiscal. A dívida crescerá bem acima do déficit de 0,25% do **PIB**, que, com a conta de juros - em nova escalada -, levará a um déficit nominal superior ao R\$ 1 trilhão de 2023.

As receitas totais e a receita líquida avançaram no ano até agosto 8,8%, ante IPCA de 2,85% no período, embora ambas ainda estejam R\$ 20 bilhões abaixo do que consta na lei orçamentária de 2024 (LOA). A despesa primária cresce mais.

Após expansão real de 12,5% no ano passado, subiu 9,6% nos oito meses do ano. A diferença entre despesa primária e receita líquida é de R\$ 68,8 bilhões, 0,6% do **PIB**. Por contas simples, há necessidade de arrocho nos gastos, mas nada é simples no novo regime fiscal e nas regras orçamentárias.

Os R\$ 40 bilhões que separam o piso do resultado de receitas menos despesas decorre de gastos fora do teto de despesas - R\$ 38,6 bilhões de créditos extraordinários para reconstruir o Rio Grande do Sul e R\$ 540 milhões para combate aos incêndios no campo. O Supremo Tribunal Federal retirou da meta fiscal os precatórios até o fim de 2026. Essa conta consumiu R\$ 92,38 bilhões em 2023 e R\$ 30,1 bilhões no atual exercício. A LOA permitiu abater R\$ 5 bilhões dos recursos investidos pelas estatais federais no Programa de Aceleração do Crescimento. Por isso, seu déficit caiu de R\$ 7,3 bilhões a R\$ 3,7 bilhões.

Continuam a empurrar as despesas para cima e

desmentir as estimativas de despesas os gastos líquidos do regime geral da previdência e agregados. Eles estão até agosto R\$ 23 bilhões acima do orçado na LOA, e os com o benefício de prestação continuada são R\$ 8,4 bilhões maiores. As previsões de receitas, por seu lado, sofreram uma reviravolta, sem alterar o resultado primário final. Houve frustração de R\$ 25,7 bilhões, em função dos irrisórios recursos provenientes da mudança do voto de qualidade no **Carf**. A estimativa inicial é que trouxessem R\$ 55 bilhões para o Tesouro, mas ela foi reduzida na revisão de julho para R\$ 37 bilhões e agora para R\$ 840 milhões. As receitas estimadas para concessões e permissões estão R\$ 24 bilhões abaixo dos R\$ 44 bilhões da LOA.

Mas novos R\$ 30 bilhões ingressaram como receitas. A previsão de dividendos cresceu R\$ 10 bilhões, parte pela promessa do BNDES de pagar mais do que o exigido por lei, embora sua direção tenha reivindicado reduzir o que deve de empréstimos ao Tesouro em 2023, alegando que isso prejudicaria seu cronograma de investimentos. Novos recursos deverão vir do recolhimento pelo Tesouro do dinheiro empoçado na Caixa Econômica Federal (R\$ 6,3 bilhões), dos depósitos judiciais em processos encerrados (R\$ 8 bilhões) e do Desenrola Agências Reguladoras (R\$ 4 bilhões), da negociação de créditos não tributários devidos à União.

Nas receitas extraordinárias da Receita no resto do ano (setembro a dezembro), estimaram-se R\$ 33,7 bilhões. O fim dos subsídios ao ICMS, que eram abatidos de **impostos** federais, deverá recolher R\$ 9,4 bilhões, a transação integral com a Receita, mais R\$ 10 bilhões, acordos com a Procuradoria Geral da Fazenda, R\$ 5,2 bilhões e a restrição de compensação tributária, limite imposto ao abatimento de créditos pelas empresas, outros R\$ 8 bilhões.

O Prisma Fiscal de setembro, que reúne projeções dos analistas, prevê, na mediana, que o governo central feche com rombo primário de R\$ 73,5 bilhões, distante da meta. O governo, porém, ainda tem trunfos como o empoçamento de recursos (não gastos), de R\$ 20 bilhões, na média, nos últimos anos. As chances de o piso ser cumprido aumentaram, assim como a distância entre o resultado formal e os gastos que aumentarão de fato a dívida da União, reduzindo a efetividade da meta fiscal como parâmetro de calibragem do endividamento.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, visitou ontem em Nova York a S P e a Moody's, empresas de classificação de risco, e disse que o cumprimento da regra fiscal poderia levar o país a reconquistar o grau de investimento, perdido em 2015.

Quando a S P elevou a nota do Brasil (dezembro de 2023) e a Moody's mudou de estável para positiva a perspectiva da dívida, ambas ressaltaram a fragilidade fiscal do país, que continua. Ao ampliar gastos com a economia perto do aquecimento, o governo Lula levou o Banco Central a iniciar novo ciclo de alta de juros, que arruinará resultados positivos que um dia, talvez, o novo regime traga. Cada ponto percentual de aumento da Selic eleva a dívida líquida em R\$ 52,4 bilhões.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1§ion=1)**

'Superidosos' lideram avanço de beneficiários da Previdência Social



Maria José dos Santos de Araújo, 95 anos, vive da pensão deixada pelo marido, que morreu 12 anos atrás

Edna Simão e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O número de aposentados e pensionistas com mais de 90 anos no país está crescendo numa velocidade quase duas vezes maior do que o total de beneficiários da Previdência. Enquanto o grupo de pessoas com idade acima dos 90 anos teve um aumento médio de 6,3% ao ano durante o período de 2013 e 2023, o total apurou alta de 2,2%. A situação também chama atenção quando se trata de beneficiários com mais de 80 anos, cujo a expansão média foi de 3,9% ao ano.

Os dados constam de levantamento feito pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Rogério Nagamine com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) Anual. O diagnóstico considera os beneficiários do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), que agrega principalmente os trabalhadores da iniciativa privada, e dos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS), que abrange **servidores públicos** dos governos federal, estaduais e municipais.

Em 2013, o país contabilizava 23,4 milhões beneficiários de aposentadoria e pensão por morte. Segundo estimativas de Nagamine, o número saltou para 29 milhões em 2023, uma alta de 23,7% no período ou uma média anual de 2,2%. Os grupos que mais cresceram foram justamente os que englobam beneficiários a partir de 80 anos.

Os aposentados e pensionistas de 80 anos ou mais passaram de 2,9 milhões, em 2013, para 4,3 milhões, em 2023, conforme estimativa amostral, o que dá uma variação média de 3,9% ao ano.

Com isso, a participação do grupo do total saiu de 12,6% para 14,9% no período. Já no contingente com 90 ou mais foi constatado uma elevação de 416 mil para 769 mil, o que corresponde um acréscimo médio ao ano de 6,3%.

A baiana Maria José dos Santos de Araújo faz parte do grupo dos 90 mais. Com 95 anos, a dona de casa nunca contribuiu para a **Previdência Social** e, portanto, vive de pensão desde a morte do marido, Valdino Pinto de Araújo, há 12 anos. Seu Dudu, como era mais conhecido, começou a trabalhar cedo como mestre de obras para sustentar os 12 filhos. Ele se aposentou aos 55 anos recebeu até os 83 anos, quando faleceu.

Bem-humorada, a pensionista defende um aumento do seu benefício pois quer ter condições de vida melhor. "Com o salário mínimo está difícil viver pois gasto quase tudo com remédios.

Seria bom que aumentasse porque quero viver muitos anos mais", brincou dona Maria, moradora de Lauro de Freitas, município localizado na região metropolitana de Salvador.

O levantamento aponta que o rápido envelhecimento da população vai demandar nova reforma das regras de aposentadoria no curto ou médio prazo. Isso porque a contribuição de beneficiários, como a de seu Dudu, não são suficientes para bancar um período tão longo de aposentadoria e, posteriormente, de pensão por morte.

Para Nagamine, o que mais surpreendente nos dados é justamente o aumento acelerado da proporção de beneficiários da previdência com mais de 80 anos e 90 anos em relação ao total. Esse comportamento vai impactar diretamente na duração dos benefícios, o que por sua vez, será mais uma pressão nos gastos. Além disso, também será motivo de pressão adicional para o sistema de saúde. "Não é surpresa que a população está envelhecendo.

O que chama atenção é que está sendo mais rápido do que se imaginava", explicou.

O professor sênior da FEA/USP Hélio Zylberstajn também afirma que o envelhecimento da população já era esperado, mas o que tem surpreendido é a velocidade.

"Os países da Europa levaram dezenas de anos e aqui foi muito rápido. Isso torna mais aguda a questão da **Previdência Social**, porque temos cada vez mais aposentáveis e esses aposentáveis vivem cada vez mais. Então, a gente vai gastar mais. Na outra ponta, temos cada vez menos jovens, menos pessoas para contribuir para o sistema.

O destino desse sistema é inevitavelmente um desequilíbrio", afirmou o professor, que é também coordenador do Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O economista Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), afirma que o aumento da quantidade de aposentados "superidosos" vai demandar novos parâmetros para estimar o tempo de duração dos benefícios.

"O fato de termos um crescimento espantoso de superidosos [acima de 80 anos] mostra uma capacidade espantosa de aumento de qualidade de vida da população brasileira e sinaliza que teremos que adotar novos parâmetros para estimar o tempo de duração dos benefícios", explicou. "Por consequência, o déficit [da **Previdência Social**] vai crescer", completou.

Diante desse cenário, é inevitável uma discussão de uma nova reforma da Previdência para manter a sustentabilidade do sistema no longo prazo. O pesquisador do Ipea defende a necessidade de mudanças nas regras para aposentadoria pelo MEI (Microempreendedor Individual) e a previdência rural. Ele ressalta, por exemplo, que a idade mínima de 55 anos para aposentadoria da mulher na área rural é muito precoce.

Nagamine também sugere mecanismo automático de ajustamento da idade mínima conforme o aumento da expectativa de vida das pessoas. Uma nova reforma também deveria mexer nas regras de aposentadoria dos militares e dos professores e exigir que Estados e municípios sigam as mesmas regras de aposentadoria aplicadas pela União.

Num cenário otimista, o governo poderia retomar o assunto em 2027, primeiro ano de mandato do próximo governo.

Já Zylberstajn afirma que a próxima reforma da Previdência precisa ser estrutural, ou seja, mexer em todo o funcionamento do sistema, e não apenas nos parâmetros para obtenção das aposentadorias e pensões. Isso porque, na visão do professor, o sistema atual, de repartição - em que as contribuições à Previdência bancam as aposentadorias e pensões - está "condenado ao fracasso".

O professor da USP defende a proposta da Fipe, baseada em quatro pilares: criação de uma renda básica para o idoso, que seria paga a todas as pessoas, independentemente de contribuição à Previdência; uma camada de repartição que repusesse a renda média do brasileiro para quem contribuiu à Previdência; um terceiro pilar que seria o atual fundo de garantia; e um quarto pilar de capitalização voluntário. O sistema valeria para todos, inclusive **servidores públicos** e militares.

"O Brasil gasta 13% do **PIB** com benefícios da Previdência [em todas as esferas]. Isso é um nível equivalente ao da Alemanha, dos países escandinavos, que já envelheceram e que são países ricos. E nós ainda somos um país pobre", afirmou Zylberstajn.

O economista e relações institucionais da Polo Capital, Arnaldo Lima, acrescenta que a expansão da população idosa em uma velocidade maior do que a população em idade ativa e o aumento da expectativa de sobrevida em todas as idades pressionarão a necessidade de financiamento da Previdência duplamente.

"Teremos um menor contingente de contribuintes pagando por um número crescente de beneficiários e por mais tempo. Ou seja, esse desequilíbrio atuarial fará com que o valor médio do benefício se aproxime cada vez mais do salário mínimo, assim como acarretará em um déficit per capita cada vez maior", disse Lima, acrescentando que, o **INSS** está se tornando uma proteção social de renda mínima, caso não sejam feitos novos aperfeiçoamentos na legislação previdenciária. Atualmente, cerca de 60% dos benefícios já são iguais ao piso.

Tafner criticou o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) estar com maioria formada para derrubar alguns pontos da reforma da Previdência de 2019 aplicado aos **servidores públicos**, o que pode agravar o déficit dos regimes, numa situação que contrasta com o crescimento do tempo que as pessoas ficam aposentadas.

"A demografia envelhece a Previdência; o STF a apodrece."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1§ion=1)**

Impacto da longevidade

Número de aposentados e pensionistas com mais de 90 anos dispara

	2013	2023*	Variação (%)
0 a 59 anos	6.158.653	5.277.736	-14,3
60 a 69 anos	8.392.317	10.878.950	29,6
70 a 79 anos	5.926.628	8.499.640	43,4
80 a 89 anos	2.525.824	3.548.742	40,5
90 a 99 anos	386.790	735.896	90,3
100 anos ou mais	29.091	32.633	12,2
Total	23.419.312	28.973.598	23,7

Fonte: Levantamento do pesquisador do IPEA, Rogério Nagamine. * dados preliminares estimados com base nos dados da Pnad Continua Anual de 2013 e 2023

Previ prepara selo de responsabilidade ambiental e social de empresas investidas

Victoria Netto Do Rio

A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, pretende lançar um selo certificador ASGI (também chamado de "ESG"), que vai ranquear as empresas melhor posicionadas nos critérios de responsabilidade social, ambiental, de governança e integridade. A Previ planeja apresentar o selo até o ano início de 2025.

A proposta é que o selo funcione como um "rating" das empresas participadas da Previ e de potenciais companhias a serem investidas, para que sirva de referência para fundos menores que não têm a mesma capacidade de análise. O selo é uma iniciativa conjunta com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp).

O princípio de análise passa por um questionário com mais de 100 perguntas, por meio do qual é possível dar notas às empresas de acordo com critérios ASGI. Na avaliação, a materialidade da companhia também é levada em conta.

A iniciativa está alinhada a um dos principais eixos de atuação da diretoria de participações da Previ, que tem focado em ações de engajamento em políticas sociais, ambientais e de governança. Hoje, são 35 empresas participadas, que representam uma carteira de R\$ 65 bilhões, segundo dados de começo de setembro.

O novo diretor de participações da Previ, Mareio Chiumento, afirma que o selo ASGI também é uma forma de balizar as políticas de investimento ou desinvestimento da entidade. Chiumento, que é funcionário de carreira do BB há 24 anos, foi indicado pelo banco em julho para substituir Fernando Melgarejo, que deixou a Previ para assumir o cargo de diretor financeiro da Petrobras.

"O principal critério para a compra de determinada posição é a rentabilidade, porque a nossa finalidade é garantir o pagamento dos benefícios. Mas o critério ASGI tem sido cada vez mais importante na nossa análise, inclusive já faz parte da nossa política de investimento hoje", diz.

O diretor explica que, se houver duas empresas compatíveis em rentabilidade, os compromissos e

práticas ASGI podem ser um diferencial para a escolha da ação. O objetivo é agregar "papéis significativos" às decisões. Além disso, a Previ avalia que o selo é uma estratégia para atrair mais investidores e, por consequência, valorizar os ativos.

Chiumento destaca ainda que o fundo vem em um movimento de imunização dos investimentos do Plano 1 de benefícios - em outras palavras, migrando de renda variável para renda fixa, em especial NTN-B longa. Só no primeiro semestre deste ano, foram R\$ 11 bilhões convertidos para os títulos do Tesouro Nacional.

O diretor de participações reforça que a estratégia se aplica apenas ao Plano 1, cujos investimentos totais somam R\$ 229,68 bilhões. A renda fixa corresponde a 61,7% do plano, e a ideia é que ele seja 100% imunizado com os anos. Hoje, são cerca de três mil funcionários na ativa, e o restante já é pensionista e aposentado - mais de 104 mil pessoas.

Com a estratégia de imunização do Plano 1, os investimentos totais da Previ em renda variável diminuíram: em julho, chegaram a R\$ 71 bilhões, cerca de 27% do total gerido pelo fundo, que somava R\$ 263,31 bilhões. Em comparação, em julho de 2014, a Previ tinha 54% em renda variável.

Já o Previ Futuro, que tem cerca de R\$ 33,63 bilhões investidos, ainda conta com novos ingressantes e está em fase contributiva. Isso significa que a estratégia é voltada para busca de performance e tem maior espaço para renda variável.

O presidente da Previ, João Fukunaga, reafirma que a Previ está aberta a discutir novas formas de investimentos, mas que, para isso, é preciso haver melhorias regulatórias. Como exemplo, citou os Fundos de Investimentos em Participações (HPs), nos quais a Previ é vedada de investir pela própria diretoria desde a Operação Green-field, deflagrada em 2016.

Quanto a investimentos imobiliários, Fukunaga critica a resolução CMN 4994, de 2022, que proíbe a compra direta de imóveis pelas entidades fechadas de **previdência complementar**. A norma é uma atualização da resolução CMN 4661, de 2018, que trouxe a vedação pela primeira vez.

Uma das exigências da norma é que os estoques de imóveis sejam vendidos ou transferidos para fundos imobiliários (FIIs) até 2030. A Previ sustenta que isso traria um custo "desnecessário", estimado em R\$ 390 milhões em **impostos**, considerando a alíquota de transmissão de bens imóveis no Rio e em São Paulo.

O investimento total em imóveis físicos da Previ é de R\$ 12,85 bilhões, segundo dados de setembro. Além disso, a argumentação da entidade considera o desempenho: entre janeiro de 2011 e junho de 2024, a carteira de imóveis do Plano 1 da Previ teve rentabilidade acumulada de 541%, contra 235% de rendimento do Ifix, o índice que reúne fundos imobiliários com cotas negociadas na bolsa.

"O que queremos é uma discussão dessa vedação de compra e também do prazo de desfazimento dos imóveis", diz Fukunaga. "Com fundos imobiliários, não temos autonomia nem conseguimos todo o potencial de valorização do imóvel. Ao mesmo tempo, [a norma] força os fundos de previdência a venderem e se desfazerem desses imóveis, aí corremos o risco de vender muito barato".

"Depois da rentabilidade, priorizamos políticas ASGI"
Mareio Chiumento

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993>

Parei de advogar para vender marmitas : o que está por trás da explosão de MEIs no Brasil?

Foi produzindo marmitas que a advogada Rafaela Franchi Sampaio, de 35 anos, tornou-se microempreendedora individual (MEI).

Sua história como dona do próprio negócio começou de forma despretensiosa, quando ela passou a levar suas próprias refeições para o trabalho e uma de suas colegas elogiou sua comida.

Aquilo despertou em mim, pela primeira vez, a vontade de empreender. Foi quando sugeri montar o cardápio da semana dela e vender os almoços , conta Rafaela.

O sucesso das marmitas foi tão grande que, em pouco tempo, a advogada passou a ganhar clientes e decidiu virar MEI.

Gostei mais de empreender do que advogar. Mas não tinha coragem de pedir demissão , conta Rafaela.

Na época, me questionava o porquê de trocar uma profissão com diploma para me arriscar no fogão em casa. Por isso, continuei vendendo marmitas como uma renda extra.

O empurrão que faltava aconteceu meses depois, quando ela foi demitida.

Decidi parar de advogar para me dedicar a vender marmitas - e não me arrependo , diz Rafaela.

O salário que ganho hoje em minha empresa, com uma operação enxuta e organizada, é 500% maior do que quando advogava.

Na última década, o número de pessoas que se tornaram microempreendedores individuais como Rafaela mais do que triplicou no Brasil , segundo dados do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

De 4,6 milhões de brasileiros que trabalhavam como MEIs em 2014, o país passou a ter 15,7 milhões em 2023.

Na prática, são pessoas que tocam sozinhas um negócio e que se formalizam como

microempreendedores perante o governo.

Seu faturamento não pode superar R\$ 81 mil no ano ou R\$ 6,75 mil por mês, não é possível ter sócios ou ser sócio de outra empresa, ter filial ou ter mais de um funcionário.

Um MEI tem acesso a benefícios como simplificação e redução de **impostos**, acesso a crédito, direitos previdenciários, dentre outros.

Só no ano passado, de acordo com dados do Simples Nacional, 3,3 milhões de brasileiros se cadastraram como MEI - o maior número em um único ano, desde que o programa foi criado em 2008.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil apontam três fatores principais por trás deste fenômeno:

Hoje, o microempreendedor individual tem uma opção de registro bastante simplificada e de baixo custo. A maioria paga menos de R\$ 80 por mês de **impostos**. Isto também estimula as pessoas , diz Décio Lima, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Não são todos que conseguem como MEI repetir o mesmo sucesso de Rafaela e suas marmitas.

Uma pesquisa do Sebrae aponta que, de cada dez brasileiros que se tornam microempreendedores individuais, três fecham as portas com até cinco anos de atividade.

A artesã Ana Paula Argolo Nascimento, de 42 anos, abandonou o emprego de carteira assinada idealizando ter uma vida mais tranquila como MEI.

Pedi demissão uma semana antes da pandemia , conta Ana Paula.

Na época, fazia laços e tiaras, porém com o aumento de casos de coronavírus, passei a costurar máscaras.

O que ela apostava que seria uma história de sucesso virou um pesadelo.

Com o fim da pandemia, minhas vendas reduziram drasticamente. Até tentei produzir novos produtos para captar clientes, mas as vendas nunca mais foram como antes, diz Ana Paula.

Hoje, concilio o trabalho de microempreendedora individual com o de diarista e professora de reforço escolar. Não consigo mais sustentar a mim e à minha filha de 6 anos apenas com o que ganho como MEI.

Segundo Flávia Paixão, especialista na profissionalização de pequenos negócios, histórias assim são comuns porque muitos brasileiros idealizam o que é trabalhar como MEI.

Existe uma falsa sensação de que empreender é sinônimo de ter uma vida mais tranquila. Mas nem sempre é verdade", afirma Paixão.

Tornar-se MEI não é difícil. Ao contrário, é fácil. O difícil é manter o negócio, porque, ao tornar-se um microempreendedor individual, a pessoa tem de fazer tudo, seja produzir o produto, encaminhar para o cliente, calcular o lucro no mês e até gerar suas notas fiscais.

Com o acúmulo de tarefas, muita gente não dá conta de administrar o próprio negócio.

No Brasil, a categoria de MEI foi criada em 2008 para estimular a formalização dos trabalhadores que estavam na informalidade e dar amparo previdenciário para as faixas de menor renda da população que atuavam de forma autônoma.

Mas, nos últimos 16 anos, o programa não ficou restrito apenas a quem mais precisava.

"O programa MEI teve sucesso em formalizar uma grande quantidade de trabalhadores autônomos, proporcionando acesso a benefícios sociais e direitos previdenciários", diz Bruna Alvarez, pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV).

"Mas a pejetização emergiu como uma consequência não intencional, onde trabalhadores que deveriam ser formalmente empregados foram contratados como MEIs, diminuindo a proteção social e os direitos trabalhistas."

Isso ocorre porque, atualmente, enquanto todos os trabalhadores formais contribuem para a **Previdência Social** com uma alíquota entre 7,5% e 14% (a depender da remuneração), a contribuição do MEI para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de apenas 5% do salário-mínimo (R\$ 70,60 em 2024).

Assim, segundo Alvarez, para pagar menos **tributos**,

muitos empregadores têm deixado de contratar com carteira assinada para contratar microempreendedores individuais como prestadores de serviço - o que faz o número de MEIs crescer.

Na prática, especialistas ouvidos pela reportagem apontam que o MEI acaba sendo contratado com deveres semelhantes aos de empregados com carteira assinada e, por isso, o mais adequado seria que fossem CLT.

Alvarez explica que isso acontece porque, enquanto a contratação via CLT exige limite de horas de trabalho, pagamento de horas extras, férias e um processo mais burocrático, a contratação de um MEI demanda apenas a emissão de nota fiscal e de um contrato de serviços, se necessário.

Em caso de demissão, o MEI não tem acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro-desemprego.

Em um estudo, Alvarez concluiu que, até 2019, 53% dos MEIs trabalhavam, na verdade, como pejetizados.

Dados da **Receita Federal** e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a Pnad Contínua, mostram que a quantidade de MEIs em relação às pessoas com carteira assinada aumentou.

Em 2012, havia um MEI a cada 13,5 trabalhadores com carteira assinada. Em 2023, havia um para cada 2,4.

"Seria importante implementar medidas que dificultem a pejetização, como maior fiscalização e penalidades mais severas para empresas que utilizam essa prática indevidamente", avalia a pesquisadora da FGV.

Já o economista Rogério Nagamine Costanzi defende a instituição de uma contribuição ao **INSS** - assim como já existe para os empregadores formais - para empresas que contratam serviços prestados por MEI.

"Seria uma forma de restringir a pejetização, em especial, aquela destinada a ocultar as relações de emprego."

Outro fator que puxou o crescimento do número de MEIs no Brasil, de acordo com Mauro Oddo Nogueira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi a pandemia de covid.

Segundo ele, com o aumento da taxa de desemprego em 2020 e 2021, houve um crescimento do número de empreendedores por necessidade no país - pessoas que, por não achar emprego, resolveram abrir um

pequeno negócio para sobreviver.

"Durante a pandemia, muita gente desempregada encontrou no MEI uma forma de ganhar dinheiro. Isso também fez com que o número de microempreendedores individuais crescesse no país", aponta Nogueira.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2021, o Brasil registrou a maior taxa de desemprego anual dos últimos doze anos: 14%.

Também em 2021, 3,1 milhões de brasileiros tornaram-se MEIs, o segundo maior número da série histórica - atrás apenas de 2023, que teve 3,3 milhões de novos registros.

Os dados vão ao encontro de pesquisa feita pelo Monitor de Empreendedorismo Global que mostrou que o número de empreendedores que abriram negócios por necessidade subiu de 37,5% em 2019 para 50,4% em 2020.

Nos anos seguintes, o percentual de novos empreendedores motivados por necessidade continuou alto: 48,9% em 2021 e 47,3% em 2022.

Mas, com o fim da pandemia, a taxa de desemprego passou a cair no Brasil.

Dados do IBGE mostram que o desemprego atingiu a marca de 6,8% no trimestre móvel encerrado em julho deste ano - a menor desde 2012.

Por outro lado, o número de MEIs continuou crescendo.

Dados do Simples Nacional mostram que, entre janeiro e junho deste ano, 2,7 milhões de pessoas se cadastraram como MEI no Brasil.

Se continuar neste ritmo, é possível que este ano supere o recorde de novos MEIs do ano passado, estimam especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.

Mas, também segundo estes especialistas, desde 2023, o desemprego perdeu influência sobre a criação de MEIs no Brasil.

O que passou a ter mais impacto foi a melhora da situação econômica do país, que estimulou mais gente a pedir demissão para empreender.

"A economia depende da expectativa das pessoas em relação ao futuro. Se as pessoas acham que a situação econômica está ou vai ficar ruim, dificilmente pedem demissão", afirma Paulo Feldmann, professor

de economia da Universidade de São Paulo (USP).

"Por outro lado, em momentos em que a economia vai bem, como ocorreu em 2023, as pessoas passam a se sentir mais encorajadas em pedir demissão de empregos que elas não estão satisfeitas."

Em 2023, o Brasil teve o maior número de pedidos de demissão dos últimos 20 anos, segundo levantamento da LCA Consultores, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

"Com o fim da pandemia e a melhor situação econômica do país, o número de empreendedores por necessidade foi ultrapassado pelos empreendedores por oportunidade - pessoas que aproveitam de brechas no mercado e decidem empreender, mesmo possuindo outras alternativas de renda", explica Décio Lima, do Sebrae.

No entanto, outro fator tem feito brasileiros pedirem demissão para se tornar MEI.

Segundo Luciano Nakabashi, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP de Ribeirão Preto, têm sido comuns acordos entre empregadores e empregados para que o trabalhador peça demissão para prestar serviço para a mesma empresa como MEI.

"Nesses casos, normalmente, a mudança na forma de contratação ocorre para reduzir os **impostos trabalhistas**", afirma Nakabashi.

Para Nakabashi, a tendência é de que número de MEIs continue crescendo no país, mas com taxas menores.

Daniela Freddo, professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), acredita que, com as perspectivas de crescimento econômico em 2024 e 2025, o Brasil pode ter uma desaceleração no número de pessoas ingressando no programa.

"E? de se esperar que, caso haja aumento na oferta de emprego, haja uma migraç?a?o dos MEIs para o mercado formal. Grande parte dos MEIs esta? alocada no setor de servic?os, trabalham em um estabelecimento com regularidade, mas se vinculam como MEI e na?o como funcion?rio do estabelecimento, a fim de facilitar contrataç?es e desligamentos", explica Freddo.

"Havendo possibilidade de se inserir como trabalhador celetista, os trabalhadores podem e devem preferir este tipo de inserç?a?o, pelos direitos e seguranc?a envolvidos."

De acordo com especialistas, o desinteresse crescente dos brasileiros em atuar como empregado sob o regime CLT durante e após a pandemia é outro fator que ajuda a explicar o aumento de MEIs.

Tatiana Iwai, professora do Insper, explica que, desde o fim da pandemia, o mercado de trabalho vem observando vários sinais de insatisfação da força de trabalho.

"Primeiro, logo depois da pandemia tivemos o *great resignation*, termo utilizado para descrever a onda de demissões voluntárias do pós-pandemia. Foi uma primeira leva de empregados saindo das empresas."

Este primeiro movimento foi impulsionado, por exemplo, por profissionais que, ao trabalharem em casa durante a pandemia, perceberam que havia alguns mitos a respeito do trabalho remoto ou híbrido, aponta a professora do Insper.

Com isso, ao serem obrigados a voltar para o trabalho presencial, resolveram pedir demissão para buscar um novo emprego mais flexível.

"Em seguida, tivemos trabalhadores que ficavam no emprego, mas fazendo o mínimo necessário", diz Iwai.

Este segundo movimento, conhecido como demissão silenciosa, foi puxado por trabalhadores que, apesar de descontentes com seus empregos, continuaram neles até encontrarem uma vaga melhor.

Ao deixar empregos com carteira assinada, muitos profissionais acreditam que vão ter algumas vantagens que não conseguem como trabalhador formal, como flexibilidade de horário e liberdade financeira.

"Hoje, por exemplo, temos muitos profissionais de publicidade que atuam como freelancer e que abrem o MEI para se regularizar", diz Rodrigo Amantea, professor e head (diretor) do Hub de Inovação e Empreendedorismo Paulo Cunha, do Insper.

É o que comprova o estudo do IBGE intitulado "Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais".

Ele mostra que mais de dois terços (73%) das atividades de publicidade do Brasil são ocupadas por profissionais que atuam como MEI.

A pesquisa também revela que um a cada dez microempreendedores individuais do Brasil (9%) atua como cabeleireiro ou em atividades de tratamento de beleza - segmento com maior número de MEIs no país.

"Atualmente, 60% dos brasileiros querem empreender, e ser MEI é a porta de entrada", diz Lima.

Atualmente, dos aproximadamente 23 milhões de pequenos negócios existentes no Brasil, dois terços são MEIs, segundo o Sebrae.

Além de microempreendedores individuais, eles podem ser:

Em relação ao total de empresas, incluindo de médio e grande porte, essa diferença é ainda maior.

Hoje, os microempreendedores individuais correspondem a cerca de 70% dos Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJs) criados no país.

Em 2009, quando o programa foi iniciado, os microempreendedores individuais representavam apenas 8,4% dos CNPJs.

Apesar de isso parecer a princípio algo bom, o economista Rogério Nagamine Costanzi aponta que isso pode representar um risco para a **previdência social**.

"Atualmente, os MEIs representam cerca de 10% dos contribuintes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), mas, na arrecadação, a participação deles é de apenas 1%", ressalta o autor do estudo A evolução do microempreendedor Individual (MEI) e os impactos no financiamento da **previdência social** e no mercado formal de trabalho.

Segundo ele, o principal risco está atrelado ao crescimento acelerado do programa e à baixa contribuição do MEI para o **INSS**.

"Caso a contribuição previdenciária do MEI continue em 5%, no futuro, o déficit atuarial dos microempreendedores individuais na **previdência social** do Brasil pode chegar a R\$ 1,4 trilhão, tornando praticamente impossível que todos se aposentem."

Costanzi defende que a alíquota contributiva do MEI volte a ser de 11%, assim como era quando o programa foi criado, em 2008.

A alíquota passou a ser de 5% em 2011, por meio de uma medida provisória que depois se tornou lei.

Na época, o Executivo argumentou que a redução incentivaria mais brasileiros que atuavam na informalidade a se formalizarem, tendo assim acesso a benefícios previdenciários por meio do programa MEI.

"Mas, no âmbito do Congresso Nacional, em geral, o

que temos visto são iniciativas que buscam ampliar ainda mais o escopo de subsídios ao MEI e de ocupações que podem ser MEI - hoje, cerca de 500 ocupações têm permissão para atuar como microempreendedor individual no Brasil", diz Constanzi.

"Isso sem qualquer preocupação de corrigir problemas e aperfeiçoar o programa na direção dos seus reais objetivos."

Já Mauro Oddo Nogueira, do Ipea, aponta a contribuição do programa para o sistema previdenciário.

"Entendo quem diz que 5% é uma baixa de contribuição ao **INSS**, mas, hoje, como MEI, muitas pessoas contribuem. Antes do programa, muitos trabalhadores informais nem contribuía e, mesmo assim, tinham acesso a outros benefícios assistenciais, como o BPC [Benefício de Prestação Continuada]", diz Nogueira.

O BPC é garantido a quem tem idade igual ou superior a 65 anos, independente de ter ou não contribuído com a Previdência, com renda por pessoa da família igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo.

Este benefício assistencial é pago, principalmente, a idosos que não conseguem benefícios previdenciários como a aposentadoria. Também é pago a pessoas com deficiência que se enquadrem no critério de renda.

Além da alíquota de contribuição para o **INSS** fixada em 5% do salário-mínimo, o microempreendedor individual pode:

Em contrapartida, o microempreendedor individual não pode:

Márcio França, ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, diz que o governo tem trabalhado para aprimorar o programa de MEIs.

Para os próximos 15 anos serem ainda mais produtivos, já estamos reagindo com medidas e ajustes necessários em colaboração com diversos órgãos do governo, como o Ministério da Fazenda, bancos públicos e privados, além dos nossos representantes na Câmara e no Senado, afirma França à BBC News Brasil.

O objetivo é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo, promovendo a formalização e o acesso à capacitação e inovação, para que os MEIs fortaleçam ainda mais a economia brasileira.

Segundo ele, o ministério tem acompanhado de perto o aumento da pejetização a partir do programa.

"Por isso, temos focado em criar mecanismos de incentivo para integrar trabalhadores informais ao mercado formal. Programas como o Desenrola Pequenos Negócios e o ProCred 360 são essenciais neste processo, pois oferecem financiamento e renegociação de dívidas, promovendo a expansão e a formalização dos negócios.

Essas iniciativas visam fortalecer o empreendedorismo e garantir que todos os trabalhadores tenham acesso a direitos e proteção social".

O ministro também diz que, apesar das críticas, a figura do microempreendedor individual é indispensável para a economia brasileira.

"Hoje, temos mais de 15 milhões de MEIs, 6 milhões de microempresas e mais de 2 milhões de empresas de pequeno porte, que juntas, representam cerca de 99% dos CNPJs do país. Eles contribuem com aproximadamente 27% do **PIB** nacional, gerando empregos, promovendo inovação e fortalecendo comunidades locais.

Já Décio Lima, presidente do Sebrae, enaltece que a implementação do MEI permitiu que milhões de brasileiros que faziam do empreendedorismo uma forma de complementação de renda ou mesmo a sua principal ocupação pudessem se beneficiar de direitos que lhes eram vedados.

"Esse modelo de negócio significou, na prática, a mais importante política pública para a inclusão econômica e previdenciária do Brasil", defende Lima.

Foi produzindo marmitas que a advogada Rafaela Franchi Sampaio, de 35 anos, tornou-se microempreendedora individual (MEI).

Sua história como dona do próprio negócio começou de forma despretensiosa, quando ela passou a levar suas próprias refeições para o trabalho e uma de suas colegas elogiou sua comida.

Aquilo despertou em mim, pela primeira vez, a vontade de empreender. Foi quando sugeri montar o cardápio da semana dela e vender os almoços, conta Rafaela.

O sucesso das marmitas foi tão grande que, em pouco tempo, a advogada passou a ganhar clientes e decidiu virar MEI.

Gostei mais de empreender do que advogar. Mas não tinha coragem de pedir demissão, conta Rafaela.

Na época, me questionava o porquê de trocar uma profissão com diploma para me arriscar no fogão em casa. Por isso, continuei vendendo marmitas como uma renda extra.

O empurrão que faltava aconteceu meses depois, quando ela foi demitida.

Decidi parar de advogar para me dedicar a vender marmitas - e não me arrependo , diz Rafaela.

O salário que ganho hoje em minha empresa, com uma operação enxuta e organizada, é 500% maior do que quando advogava.

Na última década, o número de pessoas que se tornaram microempreendedores individuais como Rafaela mais do que triplicou no Brasil , segundo dados do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

De 4,6 milhões de brasileiros que trabalhavam como MEIs em 2014, o país passou a ter 15,7 milhões em 2023.

Na prática, são pessoas que tocam sozinhas um negócio e que se formalizam como microempreendedores perante o governo.

Seu faturamento não pode superar R\$ 81 mil no ano ou R\$ 6,75 mil por mês, não é possível ter sócios ou ser sócio de outra empresa, ter filial ou ter mais de um funcionário.

Um MEI tem acesso a benefícios como simplificação e redução de **impostos**, acesso a crédito, direitos previdenciários, dentre outros.

Só no ano passado, de acordo com dados do Simples Nacional, 3,3 milhões de brasileiros se cadastraram como MEI - o maior número em um único ano, desde que o programa foi criado em 2008.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil apontam três fatores principais por trás deste fenômeno:

Hoje, o microempreendedor individual tem uma opção de registro bastante simplificada e de baixo custo. A maioria paga menos de R\$ 80 por mês de **impostos**. Isto também estimula as pessoas , diz Décio Lima, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Não são todos que conseguem como MEI repetir o mesmo sucesso de Rafaela e suas marmitas.

Uma pesquisa do Sebrae aponta que, de cada dez

brasileiros que se tornam microempreendedores individuais, três fecham as portas com até cinco anos de atividade.

A artesã Ana Paula Argolo Nascimento, de 42 anos, abandonou o emprego de carteira assinada idealizando ter uma vida mais tranquila como MEI.

Pedi demissão uma semana antes da pandemia , conta Ana Paula.

Na época, fazia laços e tiaras, porém com o aumento de casos de coronavírus, passei a costurar máscaras.

O que ela apostava que seria uma história de sucesso virou um pesadelo.

Com o fim da pandemia, minhas vendas reduziram drasticamente. Até tentei produzir novos produtos para captar clientes, mas as vendas nunca mais foram como antes , diz Ana Paula.

Hoje, concilio o trabalho de microempreendedora individual com o de diarista e professora de reforço escolar. Não consigo mais sustentar a mim e à minha filha de 6 anos apenas com o que ganho como MEI.

Segundo Flávia Paixão, especialista na profissionalização de pequenos negócios, histórias assim são comuns porque muitos brasileiros idealizam o que é trabalhar como MEI.

Existe uma falsa sensação de que empreender é sinônimo de ter uma vida mais tranquila. Mas nem sempre é verdade", afirma Paixão.

Tornar-se MEI não é difícil. Ao contrário, é fácil. O difícil é manter o negócio, porque, ao tornar-se um microempreendedor individual, a pessoa tem de fazer tudo, seja produzir o produto, encaminhar para o cliente, calcular o lucro no mês e até gerar suas notas fiscais.

Com o acúmulo de tarefas, muita gente não dá conta de administrar o próprio negócio.

No Brasil, a categoria de MEI foi criada em 2008 para estimular a formalização dos trabalhadores que estavam na informalidade e dar amparo previdenciário para as faixas de menor renda da população que atuavam de forma autônoma.

Mas, nos últimos 16 anos, o programa não ficou restrito apenas a quem mais precisava.

"O programa MEI teve sucesso em formalizar uma grande quantidade de trabalhadores autônomos, proporcionando acesso a benefícios sociais e direitos

previdenciários", diz Bruna Alvarez, pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV).

"Mas a pejotização emergiu como uma consequência não intencional, onde trabalhadores que deveriam ser formalmente empregados foram contratados como MEIs, diminuindo a proteção social e os direitos trabalhistas."

Isso ocorre porque, atualmente, enquanto todos os trabalhadores formais contribuem para a **Previdência Social** com uma alíquota entre 7,5% e 14% (a depender da remuneração), a contribuição do MEI para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de apenas 5% do salário-mínimo (R\$ 70,60 em 2024).

Assim, segundo Alvarez, para pagar menos **tributos**, muitos empregadores têm deixado de contratar com carteira assinada para contratar microempreendedores individuais como prestadores de serviço - o que faz o número de MEIs crescer.

Na prática, especialistas ouvidos pela reportagem apontam que o MEI acaba sendo contratado com deveres semelhantes aos de empregados com carteira assinada e, por isso, o mais adequado seria que fossem CLT.

Alvarez explica que isso acontece porque, enquanto a contratação via CLT exige limite de horas de trabalho, pagamento de horas extras, férias e um processo mais burocrático, a contratação de um MEI demanda apenas a emissão de nota fiscal e de um contrato de serviços, se necessário.

Em caso de demissão, o MEI não tem acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro-desemprego.

Em um estudo, Alvarez concluiu que, até 2019, 53% dos MEIs trabalhavam, na verdade, como pejotizados.

Dados da **Receita Federal** e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a Pnad Contínua, mostram que a quantidade de MEIs em relação às pessoas com carteira assinada aumentou.

Em 2012, havia um MEI a cada 13,5 trabalhadores com carteira assinada. Em 2023, havia um para cada 2,4.

"Seria importante implementar medidas que dificultem a pejotização, como maior fiscalização e penalidades mais severas para empresas que utilizam essa prática indevidamente", avalia a pesquisadora da FGV.

Já o economista Rogério Nagamine Costanzi defende a instituição de uma contribuição ao **INSS** -

assim como já existe para os empregadores formais - para empresas que contratam serviços prestados por MEI.

"Seria uma forma de restringir a pejotização, em especial, aquela destinada a ocultar as relações de emprego."

Outro fator que puxou o crescimento do número de MEIs no Brasil, de acordo com Mauro Oddo Nogueira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi a pandemia de covid.

Segundo ele, com o aumento da taxa de desemprego em 2020 e 2021, houve um crescimento do número de empreendedores por necessidade no país - pessoas que, por não achar emprego, resolveram abrir um pequeno negócio para sobreviver.

"Durante a pandemia, muita gente desempregada encontrou no MEI uma forma de ganhar dinheiro. Isso também fez com que o número de microempreendedores individuais crescesse no país", aponta Nogueira.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2021, o Brasil registrou a maior taxa de desemprego anual dos últimos doze anos: 14%.

Também em 2021, 3,1 milhões de brasileiros tornaram-se MEIs, o segundo maior número da série histórica - atrás apenas de 2023, que teve 3,3 milhões de novos registros.

Os dados vão ao encontro de pesquisa feita pelo Monitor de Empreendedorismo Global que mostrou que o número de empreendedores que abriram negócios por necessidade subiu de 37,5% em 2019 para 50,4% em 2020.

Nos anos seguintes, o percentual de novos empreendedores motivados por necessidade continuou alto: 48,9% em 2021 e 47,3% em 2022.

Mas, com o fim da pandemia, a taxa de desemprego passou a cair no Brasil.

Dados do IBGE mostram que o desemprego atingiu a marca de 6,8% no trimestre móvel encerrado em julho deste ano - a menor desde 2012.

Por outro lado, o número de MEIs continuou crescendo.

Dados do Simples Nacional mostram que, entre janeiro e junho deste ano, 2,7 milhões de pessoas se cadastraram como MEI no Brasil.

Se continuar neste ritmo, é possível que este ano supere o recorde de novos MEIs do ano passado, estimam especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.

Mas, também segundo estes especialistas, desde 2023, o desemprego perdeu influência sobre a criação de MEIs no Brasil.

O que passou a ter mais impacto foi a melhora da situação econômica do país, que estimulou mais gente a pedir demissão para empreender.

"A economia depende da expectativa das pessoas em relação ao futuro. Se as pessoas acham que a situação econômica está ou vai ficar ruim, dificilmente pedem demissão", afirma Paulo Feldmann, professor de economia da Universidade de São Paulo (USP).

"Por outro lado, em momentos em que a economia vai bem, como ocorreu em 2023, as pessoas passam a se sentir mais encorajadas em pedir demissão de empregos que elas não estão satisfeitas."

Em 2023, o Brasil teve o maior número de pedidos de demissão dos últimos 20 anos, segundo levantamento da LCA Consultores, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

"Com o fim da pandemia e a melhor situação econômica do país, o número de empreendedores por necessidade foi ultrapassado pelos empreendedores por oportunidade - pessoas que aproveitam de brechas no mercado e decidem empreender, mesmo possuindo outras alternativas de renda", explica Décio Lima, do Sebrae.

No entanto, outro fator tem feito brasileiros pedirem demissão para se tornar MEI.

Segundo Luciano Nakabashi, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP de Ribeirão Preto, têm sido comuns acordos entre empregadores e empregados para que o trabalhador peça demissão para prestar serviço para a mesma empresa como MEI.

"Nesses casos, normalmente, a mudança na forma de contratação ocorre para reduzir os **impostos trabalhistas**", afirma Nakabashi.

Para Nakabashi, a tendência é de que número de MEIs continue crescendo no país, mas com taxas menores.

Daniela Freddo, professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), acredita que, com as perspectivas de crescimento econômico

em 2024 e 2025, o Brasil pode ter uma desaceleração no número de pessoas ingressando no programa.

"E? de se esperar que, caso haja aumento na oferta de emprego, haja uma migraç?a?o dos MEIs para o mercado formal. Grande parte dos MEIs esta? alocada no setor de servic?os, trabalham em um estabelecimento com regularidade, mas se vinculam como MEI e na?o como funcion?rio do estabelecimento, a fim de facilitar contrataç?es e desligamentos", explica Freddo.

"Havendo possibilidade de se inserir como trabalhador celetista, os trabalhadores podem e devem preferir este tipo de inserç?a?o, pelos direitos e seguranc?a envolvidos."

De acordo com especialistas, o desinteresse crescente dos brasileiros em atuar como empregado sob o regime CLT durante e após a pandemia é outro fator que ajuda a explicar o aumento de MEIs.

Tatiana Iwai, professora do Insper, explica que, desde o fim da pandemia, o mercado de trabalho vem observando vários sinais de insatisfação da força de trabalho.

"Primeiro, logo depois da pandemia tivemos o great resignation, termo utilizado para descrever a onda de demissões voluntárias do pós-pandemia. Foi uma primeira leva de empregados saindo das empresas."

Este primeiro movimento foi impulsionado, por exemplo, por profissionais que, ao trabalharem em casa durante a pandemia, perceberam que havia alguns mitos a respeito do trabalho remoto ou híbrido, aponta a professora do Insper.

Com isso, ao serem obrigados a voltar para o trabalho presencial, resolveram pedir demissão para buscar um novo emprego mais flexível.

"Em seguida, tivemos trabalhadores que ficavam no emprego, mas fazendo o mínimo necessário", diz Iwai.

Este segundo movimento, conhecido como demissão silenciosa, foi puxado por trabalhadores que, apesar de descontentes com seus empregos, continuaram neles até encontrarem uma vaga melhor.

Ao deixar empregos com carteira assinada, muitos profissionais acreditam que vão ter algumas vantagens que não conseguem como trabalhador formal, como flexibilidade de horário e liberdade financeira.

"Hoje, por exemplo, temos muitos profissionais de publicidade que atuam como freelancer e que abrem o MEI para se regularizar", diz Rodrigo Amantea,

professor e head (diretor) do Hub de Inovação e Empreendedorismo Paulo Cunha, do Insper.

É o que comprova o estudo do IBGE intitulado "Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais .

Ele mostra que mais de dois terços (73%) das atividades de publicidade do Brasil são ocupadas por profissionais que atuam como MEI.

A pesquisa também revela que um a cada dez microempreendedores individuais do Brasil (9%) atua como cabeleireiro ou em atividades de tratamento de beleza - segmento com maior número de MEIs no país.

"Atualmente, 60% dos brasileiros querem empreender, e ser MEI é a porta de entrada", diz Lima.

Atualmente, dos aproximadamente 23 milhões de pequenos negócios existentes no Brasil, dois terços são MEIs, segundo o Sebrae.

Além de microempreendedores individuais, eles podem ser:

Em relação ao total de empresas, incluindo de médio e grande porte, essa diferença é ainda maior.

Hoje, os microempreendedores individuais correspondem a cerca de 70% dos Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJs) criados no país.

Em 2009, quando o programa foi iniciado, os microempreendedores individuais representavam apenas 8,4% dos CNPJs.

Apesar de isso parecer a princípio algo bom, o economista Rogério Nagamine Costanzi aponta que isso pode representar um risco para a **previdência social**.

"Atualmente, os MEIs representam cerca de 10% dos contribuintes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), mas, na arrecadação, a participação deles é de apenas 1%", ressalta o autor do estudo A evolução do microempreendedor Individual (MEI) e os impactos no financiamento da **previdência social** e no mercado formal de trabalho .

Segundo ele, o principal risco está atrelado ao crescimento acelerado do programa e à baixa contribuição do MEI para o **INSS**.

"Caso a contribuição previdenciária do MEI continue em 5%, no futuro, o déficit atuarial dos

microempreendedores individuais na **previdência social** do Brasil pode chegar a R\$ 1,4 trilhão, tornando praticamente impossível que todos se aposentem."

Costanzi defende que a alíquota contributiva do MEI volte a ser de 11%, assim como era quando o programa foi criado, em 2008.

A alíquota passou a ser de 5% em 2011, por meio de uma medida provisória que depois se tornou lei.

Na época, o Executivo argumentou que a redução incentivaria mais brasileiros que atuavam na informalidade a se formalizarem, tendo assim acesso a benefícios previdenciários por meio do programa MEI.

"Mas, no âmbito do Congresso Nacional, em geral, o que temos visto são iniciativas que buscam ampliar ainda mais o escopo de subsídios ao MEI e de ocupações que podem ser MEI - hoje, cerca de 500 ocupações têm permissão para atuar como microempreendedor individual no Brasil", diz Costanzi.

"Isso sem qualquer preocupação de corrigir problemas e aperfeiçoar o programa na direção dos seus reais objetivos."

Já Mauro Oddo Nogueira, do Ipea, aponta a contribuição do programa para o sistema previdenciário.

"Entendo quem diz que 5% é uma baixa de contribuição ao **INSS**, mas, hoje, como MEI, muitas pessoas contribuem. Antes do programa, muitos trabalhadores informais nem contribuam e, mesmo assim, tinham acesso a outros benefícios assistenciais, como o BPC [Benefício de Prestação Continuada]", diz Nogueira.

O BPC é garantido a quem tem idade igual ou superior a 65 anos, independente de ter ou não contribuído com a Previdência, com renda por pessoa da família igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo.

Este benefício assistencial é pago, principalmente, a idosos que não conseguem benefícios previdenciários como a aposentadoria. Também é pago a pessoas com deficiência que se enquadrem no critério de renda.

Além da alíquota de contribuição para o **INSS** fixada em 5% do salário-mínimo, o microempreendedor individual pode:

Em contrapartida, o microempreendedor individual não pode:

Márcio França, ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, diz que o governo tem trabalhado para aprimorar o programa de MEIs.

Para os próximos 15 anos serem ainda mais produtivos, já estamos reagindo com medidas e ajustes necessários em colaboração com diversos órgãos do governo, como o Ministério da Fazenda, bancos públicos e privados, além dos nossos representantes na Câmara e no Senado, afirma França à BBC News Brasil.

O objetivo é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo, promovendo a formalização e o acesso à capacitação e inovação, para que os MEIs fortaleçam ainda mais a economia brasileira.

Segundo ele, o ministério tem acompanhado de perto o aumento da pejetização a partir do programa.

"Por isso, temos focado em criar mecanismos de incentivo para integrar trabalhadores informais ao mercado formal. Programas como o Desenrola Pequenos Negócios e o ProCred 360 são essenciais neste processo, pois oferecem financiamento e renegociação de dívidas, promovendo a expansão e a formalização dos negócios.

Essas iniciativas visam fortalecer o empreendedorismo e garantir que todos os trabalhadores tenham acesso a direitos e proteção social".

O ministro também diz que, apesar das críticas, a figura do microempreendedor individual é indispensável para a economia brasileira.

"Hoje, temos mais de 15 milhões de MEIs, 6 milhões de microempresas e mais de 2 milhões de empresas de pequeno porte, que juntas, representam cerca de 99% dos CNPJs do país. Eles contribuem com aproximadamente 27% do **PIB** nacional, gerando empregos, promovendo inovação e fortalecendo comunidades locais.

Já Décio Lima, presidente do Sebrae, enaltece que a implementação do MEI permitiu que milhões de brasileiros que faziam do empreendedorismo uma forma de complementação de renda ou mesmo a sua principal ocupação pudessem se beneficiar de direitos que lhes eram vedados.

"Esse modelo de negócio significou, na prática, a mais importante política pública para a inclusão econômica e previdenciária do Brasil", defende Lima.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Parei de advogar para vender marmitas : o que está por trás da explosão de MEIs no Brasil?

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/09/6949087-parei-de-advogar-para-vender-marmitas-o-que-esta-por-tras-da-explosao-de-meis-no-brasil.html>

INSS dispensa carência para consignado e espera dobrar arrecadação com leilão da folha de aposentados

O governo lança nos próximos dias o edital de licitação da folha de beneficiários do **INSS** com um ativo que deve fazer o valor arrecadado subir: a exclusividade na concessão de crédito consignado nos primeiros três meses de aposentadoria. O leilão da folha contrata bancos para pagarem os novos benefícios da **Previdência Social** que serão concedidos de 2025 a 2029. Esses bancos remuneram o governo para fazer esse serviço.

O certame é aguardado pelos bancos porque as instituições financeiras podem fidelizar e ampliar a oferta de serviços praticamente sem correr risco, para uma base ampla de usuários. Já o governo usa a medida como uma forma de arrecadação.

Uma portaria publicada em 11 de setembro derruba a carência de 90 dias, a partir do recebimento do benefício, para o usuário solicitar crédito consignado. Esse empréstimo é mais barato porque tem desconto direto na folha de pagamento. Porém, a mesma portaria diz que, durante os três meses iniciais, o aposentado só pode tomar empréstimo no banco no qual está recebendo o benefício.

Uma portabilidade, com taxa de juros mais baixas, por exemplo, só pode ser feita depois desse período.

Essa portaria tem relação direta com o leilão, porque cria um mercado direto para os bancos. A medida tem como principal objetivo valorizar a folha do **INSS** e elevar a arrecadação do leilão, inicialmente estimada em R\$ 1,5 bilhão, para até R\$ 3 bilhões por ano.

Assim, a arrecadação do **INSS** com a folha se soma aos R\$ 6 bilhões que o governo já recebe com as folhas de pagamento que já foram leiloadas, elevando o valor anual para o governo para até R\$ 9 bilhões:

- A previsão é que (a arrecadação do leilão) chegue a cerca de R\$ 2,5 bilhões - afirma o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto.

O leilão da folha do **INSS** vem sendo feito desde 2009, com validade por cinco anos. Os vencedores podem pagar o benefício e, em contrapartida, vender produtos bancários a esses clientes por até 20 anos ou até o fim

do benefício - o que ocorrer primeiro.

A média mensal de concessão de benefícios é de 437,3 mil em todo o país. Atualmente, a folha do **INSS** tem 37,8 milhões de aposentados e pensionistas. Não estão nessa conta benefícios como incapacidade temporária, acidentários e salário-maternidade.

A carência de 90 dias foi adotada no passado como uma medida de proteção dos beneficiários contra o assédio dos correspondentes bancários, além de prevenir fraudes na concessão do consignado. Quadrilhas estavam tendo acesso a dados do sistema e obtendo informações dos segurados antes mesmo da concessão da aposentadoria.

Para evitar esse tipo de situação, os beneficiários só podiam tomar empréstimo consignado cumpridos os 90 dias no banco definido pelo **INSS** ou qualquer outra instituição.

Stefanutto argumenta que a restrição foi uma forma encontrada pelo órgão de atender a um pedido dos aposentados de contar com a contratação de crédito consignado desde o primeiro pagamento, sem o assédio comercial de outras instituições financeiras:

- Nós temos muita reclamação dos aposentados para que eles possam fazer a contratação do consignado desde o primeiro dia (do benefício), mas, ao mesmo tempo, não queremos que esse beneficiário receba muitas ligações. A gente diminui um pouco a importância da competição entre os bancos, por três meses, e depois devolve isso. O que estou dando é uma vantagem para aquela instituição financeira que ganhou o leilão. Ela está pagando mais para o Estado.

Para especialistas, a cláusula de exclusividade, ainda que temporária, poderá trazer risco para um público considerado vulnerável, como juros mais altos. Mesmo podendo fazer a portabilidade ao fim dos 90 dias, o processo envolve burocracia e a quitação do contrato original, com a cobrança de **impostos** duas vezes.

- Não há dúvida de que essa medida pode prejudicar o aposentado. Ele terá que pagar IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em duplicidade, se quiser

migrar o crédito. No momento de necessidade, as pessoas tomam o crédito sem se importar muito com os juros cobrados na operação - disse Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Para ele, a projeção do aumento de arrecadação acontece por causa das vantagens oferecidas ao banco ganhador:

- Irá aumentar o valor a ser obtido no leilão, visto ser um ótimo negócio, ao passo que, além de gerir a folha, os dados dos segurados também acabarão disponibilizados (com as instituições ganhadoras), além do aumento da taxa de juros com a diminuição da concorrência nos 90 dias.

Em nota, Stefanutto, presidente do **INSS**, disse que não vê risco de os aposentados ficarem presos a um financiamento mais caro porque existe a portabilidade do crédito. O argumento do **INSS** é que ninguém perderá com as novas regras.

Na visão do **INSS**, liberar o consignado apenas na instituição responsável pelo pagamento ajuda a melhorar a atratividade do leilão sem representar um prejuízo à concorrência. Como muitas das instituições já oferecem consignado para os atuais beneficiários do **INSS**, a expectativa é que atendam os que se aposentarem a partir de janeiro, em condições similares.

O crédito consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**, além de idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), tem juros limitados a 1,66% ao mês - teto fixado periodicamente pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS). Mas há uma variação de taxas entre as 63 instituições credenciadas ao **INSS**.

O edital é dividido em 26 lotes regionais. A partir desses blocos, os bancos vão dar seus lances, seguindo um preço mínimo por benefício. Na sequência, haverá disputa no viva-voz, quando os ofertantes aumentam seus lances e tentam arrematar o ativo.

O advogado e professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR) Marco Serau afirma que a restrição vai aumentar o número de contratações oferecidos pelos bancos vencedores do leilão:

- Há um direcionamento dos consignados para essas empresas. Vai ser muito difícil que um aposentado em situação de necessidade aguarde 90 dias para buscar empréstimo em outras instituições.

Como é hoje:

Como será a partir de janeiro:

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/24/inss-dispensa-carencia-para-consignado-e-espera-dobrar-arrecadacao-com-leilao-da-folha-de-aposentados.ghtml>

"Não há nada pior para questão fiscal do que juros altos"

WERTHER SANTANA/ESTADÃO



ROSEANN KENNEDY EDUARDO LAGUNA

ENTREVISTA: Geraldo Alckmin, Vice-presidente da República e ministro da Indústria; foi governador de São Paulo de 2001 a 2006 e de 2011 a 2018

Na esteira do anúncio da equipe econômica de liberação de R\$ 1,7 bilhão do Orçamento para gastos, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, está confiante de que o governo vai cumprir as metas do arcabouço fiscal neste ano, e vê o aumento dos juros como mais nocivo para as contas públicas.

"Não tem nada pior para a questão fiscal do que esse aumento da Selic. Então eu acho que essa é, sim, uma preocupação", disse o também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) em entrevista ao Dois Pontos, programa de entrevistas comandado pela jornalista Roseann Kennedy, que vai ao ar amanhã.

Ele afirmou que pior do que subir os juros é manter a Selic alta por tanto tempo. Na quarta-feira passada, o Banco Central elevou os juros em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano. Alckmin concedeu a entrevista, na manhã de ontem, ao lado do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva. Pouco antes, ele anunciou na sede da entidade patronal a terceira etapa do programa Brasil Mais Produtivo, voltada à

digitalização de micro, pequenas e médias empresas.

O governo lançou mais uma etapa do programa Brasil Mais Produtivo.

Além dos incentivos lançados na política industrial, como o governo vai mensurar seus resultados?

A missão é da transformação digital. Qual é o objetivo? Reduzir custos, melhorar a eficiência, a produtividade, a qualificação - enfim, ter uma indústria mais competitiva. O Brasil Mais Produtivo tem meta: 93 mil micro, pequenas e médias empresas vão ser visitadas presencialmente.

São R\$ 2 bilhões que estão sendo investidos, unindo ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), Senai, Sebrae, BNDES, Embrapii e Finep. O Senai vai na pequena empresa e faz o diagnóstico. Vem o Sebrae e faz o projeto. E vem BNDES, Finep, Embrapii e financiam.

E como se trata de inovação, é TR (Taxa Referencial). Então, é juro real praticamente zero.

Queremos aumentar a digitalização em 25% até 2026, e 50% até 2032. Esse é o objetivo.

O senhor vê alguma possibilidade de a indústria, que hoje representa em torno de 11% do PIB, voltar a ter a representatividade que teve no passado?

Realmente, nós tivemos, nas últimas décadas, uma desindustrialização grande e precoce. É preciso estancar e voltar a recuperar.

Se a gente pegar o PIB do segundo trimestre, ele foi positivo.

Primeiro, porque (o mercado) estava esperando 0,9% de crescimento e cresceu 1,4% (ante o primeiro trimestre). Depois, quando a gente abre esse crescimento, a indústria cresceu 1,8%, e o investimento, 2,1%. A indústria acabou tendo um papel mais importante. Acho que a indústria vai crescer.

Esses recursos que foram colocados na política industrial, mais de R\$ 342 bilhões, estão todos consumidos?

O ministério já pensa em uma segunda etapa do programa?

Esses recursos são financiamento, e financiamento vai ser pago. Eu acho que a demanda vai ser maior do que os R\$ 342 bilhões. Então, o governo precisa colocar mais crédito.

No mês que vem, devem estar sendo lançados os LCDs, a Letra de Crédito de Desenvolvimento, que é mercado, não é governo. Mas é um crédito que pode ser mais barato. Como o Imposto de Renda de Pessoa Física é zero, e de Pessoa Jurídica reduz de 25% para 15%, isso dá uma diferença aí de 1% (no custo do crédito). Esse benefício vai direto para o tomador.

Os juros voltaram a subir e muita gente no mercado acredita que a Selic chegará a 12% em janeiro. Qual avaliação o senhor faz do impacto da alta dos juros na recuperação industrial?

Dificulta enormemente. Hoje, o Brasil tem a terceira maior taxa real de juros do mundo: Turquia, Rússia, que está em guerra, e o Brasil. O País tem US\$ 360 bilhões em reservas; no ano passado, o saldo da balança comercial foi de quase US\$ 100 bilhões. Não tem o menor sentido isso. Cada 1 ponto porcentual da Selic é R\$ 48 bilhões por ano a mais para pagar juros. Não tem nada pior para a questão fiscal do que esse aumento da Selic. Essa é, sim, uma preocupação. Quem precisa de financiamento, de crédito, fica com o problema.

E quem tem recurso para investir também não investe. O cumprimento do arcabouço fiscal este ano é essencial para trazer tranquilidade. Agora, não é possível ter uma política monetária nesse patamar. E o pior não é subir, porque às vezes é necessário subir, mas é manter por tanto tempo uma taxa de juros tão alta.

O senhor então está confiante de que vai ser possível cumprir o arcabouço?

Sim. Esse é o compromisso do governo, o cumprimento do arcabouço fiscal.

Alguns economistas têm feito observações de que estaria ocorrendo uma "matemática" no Orçamento.

Existe ou não existe essa "matemática"?

Não existe "matemática". O que houve foi um pequeno descontingenciamento.

Estamos falando de um orçamento de trilhão, às vezes de trilhões, e descontingenciou R\$ 1,5 bilhão (na verdade, R\$ 1,7 bilhão) porque o **PIB** cresceu. E

crescendo a economia, cresce a arrecadação.

Sobre a regulamentação da **reforma tributária**, que está em andamento, quais são as preocupações em relação à indústria?

Quanto menos exceções tivermos na **reforma tributária**, melhor para todo mundo, vamos ter um IVA mais baixo. Quanto menor o IVA, melhor a competitividade.

É claro que, se você pegar os países que têm imposto de valor agregado, sempre tem alguma exceção. Agora, ela precisa ser o mínimo do mínimo. No (imposto) Seletivo, não entrou arma. Um setor que deveria ter (imposto seletivo) é o de arma. Isso acabou aumentando o IVA médio.

Mas a **reforma tributária** será positiva. Ela começa em 2026, é uma transição mais longa, mas é melhor ter um gradualismo do que não fazer.

O senhor acha possível atender ao pedido da indústria automotiva de volta imediata da alíquota de 35% do imposto dos carros híbridos e elétricos importados?

Estamos vivendo um momento no mundo em que todo mundo procura defender o seu emprego e, especialmente, a atividade industrial. Há um pleito da Anfavea (associação das montadoras) de antecipar esses 35%. Nós estamos avaliando.

Houve uma corrida no mês de junho de importação, porque em 1.º de julho iria aumentar (o imposto). Nós estamos monitorando semanalmente essas importações.

Seria viável ou recomendável aumentar, antecipar esse aumento dos 35%?

Tem dois ansiosos na vida: os políticos e os jornalistas. Nós estamos avaliando com bastante critério. De um lado, nós precisamos de previsibilidade. O presidente Lula destacou muito na campanha: desenvolvimento com inclusão, com sustentabilidade, e com estabilidade, previsibilidade. Então, isso está sendo monitorado.

O que o senhor pode dizer sobre a agenda de abertura comercial? Qual é a perspectiva de concretização do acordo entre Mercosul e União Europeia?

Muito importante conquistar os mercados. O Mercosul tem pouquíssimos acordos. É preciso ter mais acordos comerciais.

Entrou a Bolívia (no bloco), foi importante. Passamos a ter cinco países. É importante porque precisamos

reconquistar o mercado regional, que é para onde vendemos produto industrial com valor agregado mais alto.

Estamos otimistas no acordo Mercosul e União Europeia. Todo o esforço está sendo feito nesse sentido e nunca estivemos tão perto.

"Cada ponto porcentual da Selic é R\$ 48 bilhões por ano a mais para pagar juros. Não tem nada pior para a questão fiscal do que esse aumento da Selic.

Essa é, sim, uma preocupação"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad vê Brasil mais perto do grau de investimento



Fernando Haddad: Brasil está bem posicionado para economia de baixo carbono

Naiara Bertão De Nova York

Após se reunir com representantes das agências de risco internacionais S P e Moody's em Nova York, nesta segunda-feira (23), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou diversas vezes que o governo está trabalhando para colocar as contas públicas em ordem e que, conforme consta no quarto relatório bimestral de receitas e despesas divulgado na sexta-feira (20), as despesas "estão absolutamente dentro da regra do arcabouço fiscal", o que é um ponto a favor do Brasil na reconquista pelo grau de investimento .

"Na minha opinião, evidentemente, cabe às agências de risco definir, mas os prognósticos da equipe técnica da Fazenda são muito bons. E isso nos deixaria, não sei se em todas, mas em pelo menos uma das agências de risco a um passo do grau de investimento", disse o ministro.

A expectativa é que Haddad se junte ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva também em uma reunião com o presidente da agência Fitch Ratings, Paul Taylor, na terça-feira (24).

Lula já havia questionado o ministro sobre o cronograma do Ministério da Fazenda para conseguir novamente o grau de investimento e quais eram as perspectivas para que isso aconteça.

Segundo o ministro, a expectativa do presidente é conseguir atingir o maior patamar de risco de crédito até o fim de seu mandato.

"Eu disse para ele que nós aguardávamos uma nova rodada de aumento da nota para o ano que vem", comentou o ministro.

A Standard Poor's foi a primeira agência a retirar do Brasil o selo de grau de investimento, em 2015, durante a crise do governo Dilma Rousseff - a mesma agência foi a precursora em conceder o status de lugar seguro para os investidores, em 2008, no segundo mandato de Lula.

"A convicção que eu tenho, ouvindo tudo o que ouvi, é que nós estamos no caminho. E vamos tentar acelerar o passo o mais rápido possível", disse Haddad.

O ministro lembrou que o país é credor internacional e tem US\$ 100 bilhões de superávit comercial, além de ser um dos principais destinos dos investimentos dos estrangeiros. "O Brasil está sendo procurado por todos os países, pelos fundos soberanos, para apresentar seus investimentos, do PAC, da transformação ecológica, da reindustrialização", pontuou.

Apesar da confiança em que as políticas implementadas para resolver o rombo fiscal e a melhora da economia brasileira são pesos relevantes para a reconquista da nota de crédito, o ministro ponderou que as agências de classificação de risco não costumam subir dois degraus de notas de um ano para o outro, e sim de forma gradual.

"Mas há uma dinâmica. Você não muda a chave da situação herdada para a situação almejada de um dia para o outro." Ele reiterou que cabe às agências de risco definir as notas de crédito, mas, disse que, em sua opinião, os prognósticos da equipe técnica da Fazenda "são muito bons". "E isso nos deixaria, não sei se em todas, mas em pelo menos uma das agências de risco, a um passo do grau de investimento", afirmou.

Haddad citou que, em 2021, o país estava três degraus abaixo do grau de investimento. Na análise da Moody's, a atual nota de crédito do Brasil é "Ba2" e, conforme relatório de maio da agência, se baseia na

força fiscal "ainda relativamente fraca" do país, tendo em vista o elevado nível de endividamento "e sua fraca capacidade de pagamento da dívida", que permanece sensível a "choques econômicos ou financeiros".

No caso da S P, em dezembro do ano passado, a agência elevou a nota de crédito soberana do país de "BB-" para "BB", com perspectiva estável.

"Nós explicamos o resultado fiscal do ano passado, em virtude dos calotes que foram praticados durante o período eleitoral, mas já estavam pagos, e que o comportamento das despesas e das receitas estão condizentes com o arcabouço fiscal", disse Haddad.

As questões relacionadas ao arcabouço fiscal e o plano do governo para equilibrar gastos e receitas dominaram boa parte da conversa com as agências. A reunião com cada agência durou cerca de uma hora.

O rating é um dos fatores observados na análise de investimentos de fundos globais, e, em alguns casos, há fundos que, por regulamento, não podem direcionar recursos para países que não sejam grau de investimento.

Para atrair investimentos para o Plano de Transformação Ecológica do governo e outros projetos, este ainda é um obstáculo segundo especialistas.

O Plano de Transformação Ecológica foi apresentado por Haddad a investidores estrangeiros em uma mesa-redonda organizada pelo think tank Milken Institute em Nova York "As pessoas se animam porque a gente está muito na fronteira desses assuntos [ambientais e de sustentabilidade]", comentou o ministro. E acrescentou que ouviu de alguns investidores que é preciso fazer uma diversificação geográfica na cesta de ativos, o que dá ao Brasil, uma oportunidade de chamar a atenção. "Se você vai dividir os seus jogos em várias cestas, um deles falou, a cesta brasileira se apresenta como uma das melhores", diz.

Haddad destacou que houve perguntas sobre se teria oportunidades para o setor privado, que ele respondeu que praticamente todo o Plano de Transformação Ecológica implica parcerias privadas e públicas. "Não há investimentos públicos puros nesse plano. Até o investimento em ciência e inovação está sendo feito com o setor privado." Mas ressalva que a atratividade de investimento ainda é um processo, citando a complexa geopolítica como um dos pontos que preocupam investidores na hora de alocar capital.

Particularmente sobre o Brasil, Haddad explicou que foi questionado se virá, em breve, o grau de investimento. Ele concordou quando questionado se é

ainda uma barreira para a atração de investimento.

Na apresentação, o ministro sublinhou como o Brasil está bem posicionado para uma economia de baixo carbono, contando com uma abundante oferta de energia renovável e uma infraestrutura robusta e integrada em todo o território nacional.

Além disso, também comentou sobre as reservas significativas de minerais críticos, essenciais para a transição energética, e uma vasta extensão de terras disponíveis para a produção de alimentos e matéria-prima para energia, sem a necessidade de desmatamento. A rica biodiversidade e um parque industrial diversificado, com setores consolidados como o de aço, química e automotivo, foram outros pontos apresentados.

Haddad também elencou aos estrangeiros as medidas legislativas já aprovadas, como Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão (que aguarda sanção presidencial), o Mover, com mais de R\$ 100 bilhões de investimentos, Combustíveis do futuro e a **reforma tributária** que, segundo ele, traz diversos elementos de sustentabilidade, como os critérios para os fundos de desenvolvimento, IPVA verde, partilha de **tributos** e imposto seletivo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1§ion=1>

Reforma administrativa antes da tributária, defende Zema

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), apresentou um balanço dos resultados de seu governo e comentou sobre as reformas do estado brasileiro em evento para empresários da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas) na manhã de ontem (23). O chefe do Executivo falou sobre as reformas administrativa, tributária, política, além de reeleição e sucessão presidencial, dentre outros assuntos.

Sobre a **reforma tributária**, Zema comentou que a grande interrogação é o valor da alíquota e teme que o Brasil tenha a maior quota do mundo. Entretanto, considera "um avanço extraordinário", se não houver aumento da carga tributária. "Com a reforma, pelo menos, o setor produtivo vai trabalhar com mais segurança e passa a ter mais previsibilidade. Não vamos mais ficar tendo que mitigar com os órgãos arrecadadores, como acontece hoje de forma contínua", disse.

O governador defendeu, no entanto, que antes da **reforma tributária**, o governo deveria ter feito a **reforma administrativa**. "Primeiro você reduz gastos, depois você monta o orçamento. Estão fazendo uma reforma que vai prever receitas sem antes ter cortado despesas", afirmou.

Romeu Zema foi o 14º convidado do Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro, realizado há seis meses pela ACMinas. Para as próximas edições, o evento contará ainda com a presença de três ministros, ex-prefeitos, entre outras autoridades confirmadas até janeiro de 2025, entre elas a presidente do Diário do Comércio, Adriana Muls.

Cargos do Executivo: críticas - Zema afirmou que o setor público é um "manancial de oportunidades" e defendeu alterações nos privilégios concedidos aos cargos do Executivo. Ele avaliou que esses privilégios são determinados pela lei e que ele discorda. "Eu discordo, mas não consigo mudar, nem se eu mandar para a Assembleia, porque muitas questões acabam dependendo de mudanças em Brasília", argumentou.

Ele citou a reforma da Previdência realizada há cinco anos, porém, questionou algumas aposentadorias muito precoces no Brasil, sobretudo, porque a expectativa de vida só aumenta no País. Sobre a

reforma administrativa, o governador acredita que deve existir foco no sistema judiciário, em busca de um tratamento igual para todos, o que, na opinião dele, não há. "Nós demitimos (exoneramos) policiais civis, policiais militares e servidores civis que cometem delitos, mas no Judiciário não tem delito. Então, alguma coisa não está correta", disse.

Reforma política - O governador ressaltou que a **reforma política** é fundamental, apesar de difícil, já que na visão dele os parlamentares têm interesse na manutenção do modelo atual. Ele defende a unificação das eleições para que o País não pare de dois em dois anos. "Ou até, como o Rodrigo Pacheco gostaria, eu não sei se ele vai conseguir levar adiante, a cada cinco anos, sem direito a reeleição para cargos do Executivo".

O governador disse ser favorável à renovação e argumentou que, muitas vezes, quem está à frente de uma prefeitura, do estado ou da presidência fica mais preocupado com a reeleição do que fazer as melhores entregas.

Sucessão presidencial - Sobre a sucessão presidencial, o governador de Minas afirmou que um grupo de centro-direita tem se consolidado para apoiar um nome único para as eleições em 2026. "Esse nome será escolhido através de pesquisas que apontarão o nome mais viável".

De acordo com ele, o grupo é composto pelo governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo; Ratinho Jr., do Paraná; Jorginho Mello, governador de Santa Catarina; Eduardo Leite do Rio Grande do Sul; Cláudio Castro, do Rio de Janeiro; Ronaldo Caiado de Goiás, além de Mauro Mendes, do Mato Grosso.

Para a sucessão do governo do Estado ele também afirmou que o nome dependerá dos resultados das pesquisas. "Eu estou disposto, vou continuar atuando, não sei de que maneira, mas vocês vão me ver muito em 2026 do lado que eu considero que quer fazer esse País avançar e dar certo", pontuou.

Dívida do Estado - Zema também comentou sobre a dívida do Estado e apontou a federalização da Cemig como uma das soluções plausíveis. Ele explicou que a dívida com o governo federal de R\$ 165 bilhões é impagável, já que incide sobre ela o Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ao ano. "Esse valor dos juros é impagável porque a economia de Minas não cresce 4% ao ano da **inflação**. Nós temos crescido 1%, 1,5%, 2%. E o Brasil também não cresce".

Segundo ele, para o Estado ter esta redução na dívida é preciso mandar para o governo federal ativos que quitem pelo menos 20% da dívida. E os grandes ativos do Estado são Cemig e Codemig. "No caso da Cemig, para ela ser federalizada, o governo federal exige que não tenha nenhum risco. E para ele não ter risco, a Cemig precisa ser transformada numa corporation", esclareceu.

Hoje, o Estado tem 17% das ações ordinárias da Cemig e exerce o controle com esses 17%. Quando ela se transformar em uma corporation, o Estado vai ter 17% e não terá mais o controle.

Número 2 da Fazenda fala em voltar ao STF para usar "dinheiro esquecido"

BIANCA LIMA ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem que a equipe econômica não abre mão da "compensação integral" da desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios e sinalizou que o governo voltará ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso os valores esquecidos em contas bancárias não sejam considerados uma contrapartida válida.

"Se isso não for entendido como compensação válida, será preciso voltar ao Supremo e dizer que ficou faltando parte da compensação. Simples assim.

A gente nunca vai abrir mão da compensação da desoneração.

Não vamos compensar R\$ 8 bilhões a menos", afirmou Durigan, durante a apresentação do mais recente relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do governo. Ele não detalhou, porém, se, nesse caso, o governo enviaria uma nova medida ao Congresso nem que medida seria essa.

Trata-se de um novo capítulo do embate entre Ministério da Fazenda e Banco Central em torno da forma de se contabilizar esse dinheiro esquecido em instituições financeiras, que totaliza R\$ 8,6 bilhões, segundo o Sistema de Valores a Receber (SVR) do BC.

Em nota técnica enviada a parlamentares na semana passada, o BC afirmou que a incorporação dessas cifras no resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida pública) estava "em claro desacordo com sua metodologia estatística, indo de encontro às orientações do TCU (Tribunal de Contas da União) e ao entendimento recente do STF sobre a matéria".

DIVERGÊNCIA. O texto aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, prevê que, mesmo não computada como receita primária pelo BC, a cifra será considerada pelo Tesouro Nacional para fins de cumprimento da meta fiscal do governo. Ou seja: abriu-se uma divergência entre a autoridade monetária e a Fazenda, que, na realidade, não é de hoje.

Como mostrou o Estadão, no acumulado em 12 meses até julho o rombo fiscal calculado pelo BC é R\$ 39,7 bilhões superior ao informado pela Fazenda. Em valores corrigidos pela **inflação**, essa discrepância chega a R\$ 41,1 bilhões - a maior da história.

"Não queremos usar artifício nenhum. Estamos querendo respeitar a decisão do Congresso e fazer uma harmonização de entendimento técnico", afirmou Durigan, frisando que a incorporação desses valores esquecidos foi uma sugestão do Senado, e não da equipe econômica.

"Primeiro, os recursos esquecidos não foram uma opção do governo. Nós queríamos ter compensado a desoneração da folha com corte de benefício de PIS/Cofins, cuja medida provisória foi parcialmente devolvida pelo Congresso", disse, tentando colocar o governo a uma distância segura da medida, que vem sendo chamada de confisco pela oposição nas redes sociais.

"Se isso não for entendido como compensação, será preciso voltar ao STF e dizer que ficou faltando parte da compensação.

Simples assim" Dario Durigan Secretário executivo do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado eleva projeção de inflação para 4,37%, com a Selic indo a 11,5% este ano

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

O mercado voltou a aumentar as projeções para a **inflação** nos próximos anos, mesmo já considerando uma taxa Selic média mais alta até o fim de 2025. De acordo com o relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, a mediana das projeções dos analistas para o IPCA de 2024 subiu de 4,35% para 4,37%, aproximando-se ainda mais do teto da meta este ano, de 4,50%.

Foi a décima alta seguida do índice da **inflação**. Considerando apenas as 97 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, o IPCA passou de 4,37% para 4,40%. Um mês atrás, a estimativa para o índice era de 4,25%. Em seu cenário de referência, o BC espera que o IPCA feche o ano em 4,30%, e desacelere a 3,70% em 2025.

O novo reajuste para cima das estimativas do mercado para a **inflação** veio um dia antes da divulgação da ata da reunião da semana passada do Copom, que decidiu pela alta de 0,25 ponto percentual na Selic, sinalizando em seu **comunicado** - que falou em uma assimetria altista no **balanço de riscos** para a **inflação** - a possibilidade de ajustes maiores na taxa nas próximas reuniões.

O que levou muito analistas a falarem numa taxa Selic de até 12% em janeiro de 2025.

"BALANÇO DE RISCOS". No boletim Focus divulgado ontem, a mediana para a Selic no final de 2024 voltou a subir, passando de 11,25% para 11,50%, confirmando que o mercado já espera pelo menos um aumento de 0,5 ponto percentual nos juros este ano.

Na última quarta-feira, entre os riscos inflacionários o colegiado citou ainda o hiato do produto, até então considerado estável, agora com um viés positivo.

"O ritmo de ajustes futuros na taxa de juros e a magnitude total do ciclo ora iniciado serão ditados pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta e dependerão da evolução da dinâmica da **inflação**, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de **inflação**, das expectativas de **inflação**, do hiato do produto e do balanço de riscos", afirmou o Copom, no **comunicado**

sobre a decisão.

Assim, a mediana para o IPCA de 2025, que mais se aproxima do horizonte relevante da política monetária, subiu de 3,95% para 3,97% na edição do Focus divulgada ontem. Considerando apenas as 96 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, essa mediana já passou de 3,97% para 4%.

A estimativa para 2026 também oscilou para cima, de 3,61% para 3,62%, subindo pela segunda semana consecutiva.

As expectativas para esses dois anos estão acima do centro da meta, de 3%, com tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos.

Limite Nova alta coloca as projeções para o IPCA próximas do teto da meta para o ano, que é de 4,5%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Analistas alinham a alta do PIB em 3% para 2024

Analistas do mercado consultados pelo boletim Focus voltaram a aumentar também suas estimativas para o crescimento da economia pela sexta semana seguida. De acordo com o relatório, a mediana das projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro subiu de 2,96% para 3,0%.

A economia brasileira cresceu 1,4% no segundo trimestre em relação ao primeiro, na série com ajuste sazonal divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no começo do mês. O número veio acima das projeções do mercado até então, surpreendendo os economistas de bancos e consultorias, que se puseram a rever as suas estimativas para o desempenho da economia brasileira neste ano.

A mediana das expectativas para a expansão do **PIB** no próximo ano manteve-se em 1,9%, e para 2026 também permaneceu inalterada, em 2,0%.

CÂMBIO. Pelo Focus, ainda, a mediana das estimativas para o dólar no fim deste ano manteve-se em R\$ 5,40.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Após alta de juros, mercado aumenta de novo projeção para taxa

LUCIANA CASEMIRO *lucianac@ogtobo.com.br*

Com o início do ciclo de alta dos juros no Brasil, na última semana, com a taxa básica Selic saindo de 10,50% ao ano para 10,75%, após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o mercado elevou novamente a estimativa para a taxa ao fim deste ano: de 11,25%, na última semana, para 11,50%.

O mercado já havia feito uma revisão forte nos juros na semana anterior, saindo de 10,50% ao ano para 11,25%. E já há bancos e consultorias acreditando que o ciclo de alta de juros vai continuar até janeiro do ano que vem, quando a taxa chegaria a 12% ao ano.

Foi a primeira vez em dois anos que o Copom subiu a taxa de juros e a primeira no governo Lula. Uma das justificativas do Banco Central foi uma economia mais aquecida.

As estimativas para a **inflação** e o Produto Interno Bruto (**PIB**) também foram revisadas para cima no Boletim Focus, pesquisa do Banco Central com mais de cem instituições financeiras, divulgado ontem.

A previsão para o crescimento da economia este ano passou de 2,96% para 3%, na sexta semana seguida de alta da projeção. O governo federal, na semana passada, também revisou para cima sua estimativa, para 3,3%.

A previsão para o IPCA ficou mais próxima do limite da meta, que é de 4,5%, chegando a 4,37% ao fim de 2024. As expectativas para a taxa em 2025 e 2026 também subiram para 3,97% e 3,62%, respectivamente. Lembrando que a meta é de 3%, podendo oscilar numa banda de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

As estimativas para o dólar foram mantidas em todos os cenários. Para 2024, a cotação da moeda está em R\$ 5,40.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dúvidas fiscais e respostas oficiais - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Era só a divulgação de um relatório, mas acabou virando mais um ponto de completa divergência entre o governo e o mercado financeiro. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, falou em "incômodo da equipe" com a "irracionalidade na repercussão" que "ignora certos fatos da realidade". E afirmou que "contabilidade criativa e calote do governo" houve na administração anterior. Era resposta ao mercado que tem falado muito no risco fiscal do país. Não apenas falado. Na sexta-feira e ontem os juros futuros fecharam com forte alta, o termômetro mais objetivo dessa preocupação. A bolsa caiu pelo quinto pregão seguido e o dólar voltou a subir.

Mas quem tem razão? Os analistas dizem que as despesas obrigatórias têm subido, há despesas não contabilizadas na regra do arcabouço, no ritmo atual não há como estabilizar a dívida em relação ao PI B, as renúncias fiscais não caíram, as projeções dos gastos previdenciários encomendam uma nova reforma da Previdência. Isso sem falar nos sustos que vêm da Justiça que ameaça revogar parte da última reforma. Tudo isso é verdade, mas Durigan disse ontem que os analistas não estão vendo o esforço do governo para colocar as contas em dia.

-A gente saiu da descrença que havia quase completa no começo do ano, quando se previa 1% de déficit primário, e por algumas casas a mediana era 0,8% de déficit primário, para hoje em que muitos consideram muito razoável o cumprimento da meta do ano -disse.

O relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas é um momento bem técnico, em que o governo tem que mostrar os números de gastos e arrecadação. Se estiver distante da meta, propõe ajustes. Este do quarto bimestre tinha que ter sido divulgado e explicado na sexta-feira, mas só à noite alguns números foram divulgados, e a coletiva ficou para ontem. O que o mercado esperava era novo bloqueio de mais R\$ 15 bilhões. E o que veio foi um bloqueio de R\$ 2,1 bi, porém com uma reversão de contingenciamento de R\$ 3,8 bi, de tal forma que na prática foi um aumento do gasto de R\$ 1,7 bi. A explicação para o desbloqueio é que a arrecadação foi acima do previsto. O governo alega que não há o risco que o mercado está vendo. E citou um dado do próprio

mercado financeiro internacional. O CDS, Credit Default Swap, é a medida de risco dos países, o quanto se cobra a mais dos títulos públicos.

-A gente saiu de um risco medido pelo CDS de cinco anos, de 244 em 2022 para um índice de 186 em 2023, para algo como 145 agora em 2024. Essa trajetória é um fato de diminuição do risco- país. Então é importante que a gente tenha sobriedade, olhe para os números e para os fatos e veja o tremendo esforço, a mudança de trajetória que tem sido feita em relação ao que se viu nos últimos anos -afirmou Durigan.

Em Nova York, o ministro Fernando Haddad falou, em conversa com as agências, na possibilidade de voltar ao grau de investimento. Isso demora, mas de fato o Brasil teve alguma melhora nas agências. Durigan disse na entrevista que "todas as agências de risco relevante melhoraram a nota de crédito do Brasil".

O que a Fazenda disse é que no ano passado houve um déficit alto porque em grande parte foi preciso pagar contas do governo anterior, de contabilidade criativa. Precatórios, indenizações para governadores que foram forçados a reduzir **impostos** sobre combustível, e recuperação dos fundos de participação de estados e municípios. Mas que este ano a meta será cumprida.

-Há, de fato, um incômodo na equipe econômica, quando a gente percebe alguma irracionalidade na repercussão, quando se ignora fatos da realidade. O fiscal melhorou e tem superado as expectativas. Esse é o fato -disse Durigan.

Há outros fatos. Um total de R\$ 40 bilhões de gastos não estão sendo contabilizados nessas despesas porque são créditos extraordinários, realizados para acudir por exemplo às emergências climáticas, como a grande enchente do Sul. E preciso tornar mais transparentes essas despesas e além disso ter uma reserva de contingência maior porque as emergências estão ficando mais frequentes.

Os dois lados têm razão nessa discussão. E evidente que a situação fiscal melhorou, mas também é certo que há muitas dúvidas e muitas pressões por mais despesa. Enquanto não houver uma trajetória de estabilidade e depois queda da dívida/**PIB**, momentos como o de ontem, de alta dos juros futuros, vão

continuar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Salvação do arcabouço passa por rever gastos obrigatórios, diz Bijos



Paulo Bijos: "Controlando o ritmo de crescimento da obrigatória, a despesa vai cair em proporção ao PIB"

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant"Ana e Lu Aiko Otta De Brasília

Para garantir sustentabilidade ao arcabouço fiscal e à trajetória da dívida pública, o governo vai ter que rever o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias, avalia Paulo Bijos, atual consultor legislativo na Câmara dos Deputados e ex-secretário de Orçamento Federal.

Segundo ele, não há outra saída, e o ideal é que a equipe econômica enfrente essa questão já após as eleições municipais deste ano.

"Esse é o cenário tecnicamente ideal. No médio prazo, essa será um pauta inescapável", diz Bijos, que ficou no comando da SOF do início do mandato do presidente Lula a julho deste ano.

Em relação ao quarto relatório bimestral de receitas e despesas, divulgado na última sexta-feira, considerou que não houve afrouxamento fiscal com a liberação de R\$ 1,7 bilhão de despesas. Para ele, foi importante a manutenção do faseamento da execução orçamentária, que limita o empenho de despesas nos próximos meses - permitindo, assim, novos contingenciamentos, se necessário.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:
Valor: Alguns especialistas apontaram que, ao descontingenciar R\$ 3,8 bilhões no último relatório bimestral, houve afrouxamento fiscal. Como o senhor

avalia?

Paulo Bijos: Entendo que não houve afrouxamento, até porque o governo vai manter o faseamento, o que é significativo, já que há cerca de R\$ 40 bilhões hoje faseados, então isso é um dado positivo, dá lastro para o discurso do governo, já que permite outros contingenciamentos até o fim do ano, caso necessário, pois impede que os ministérios gastem tudo e, depois, não tenham como cortar. É uma precaução importante, uma estratégia conservadora que foi mantida, reafirmando o compromisso com a meta fiscal.

Valor: Do ponto de vista da meta, o governo tem mirado o limite inferior da banda, e não o déficit zero.

Não é uma mensagem ruim?

Bijos: É a regra do jogo. O arcabouço permite uma banda de flutuação que vai sendo considerada bimestralmente. Pensando no cenário ideal, se todas as medidas de arrecadação viessem na magnitude esperada, essa era a intenção [mirar no centro da meta], mas receita é variável, nem sempre sob controle, ao contrário da despesa.

Valor: É factível cumprir as metas neste e nos próximos anos?

Bijos: A macroeconomia tem apresentado um bom desempenho, com **inflação** sob controle e desemprego em baixa. De outro lado, o desafio fiscal persiste, e isso é reconhecido pelo governo.

Existe um nó fiscal a ser desatado, mas há um compromisso com boas trajetórias de resultado primário. Mas, no médio e longo prazos, o desafio não é só o cumprimento da meta, e sim a expectativa de qualidade. Para que haja sustentabilidade, em algum momento vai ser preciso rever o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. É um processo que evolui por etapas e, passada a eleição municipal, será o momento de discutir essa agenda estruturalmente. Controlando o ritmo de crescimento da obrigatória, a despesa vai cair em proporção ao **PIB**.

Valor: Das discussões estruturais colocadas, como revisão de pisos e mudança indexações, qual a mais fundamental a ser feita?

Bijos: O que mais se aproxima de uma bala de prata é a desindexação combinada com a desvinculação.

Temos, por exemplo, quatro despesas obrigatórias vinculadas ao salário mínimo. Do lado das vinculações [à receita], temos os pisos de saúde, educação e emendas.

O Brasil tem feito reformas nas últimas décadas, mas uma reforma fiscal estrutural, dessa forma, é aguardada há décadas.

Valor: Mas é possível do ponto de vista político?

Bijos: Tecnicamente, o ideal seria uma ampla desindexação e desvinculação, ou discutir um ganho real das despesas mais moderado, mas politicamente claro que nem tudo se realiza da noite pro dia, é natural que façam-se escolhas. Talvez começar pela discussão [de mudar o crescimento] do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pois há uma lógica em relação aos benefícios, sempre se compara com a aposentadoria e ao salário mínimo, o que dialoga com a qualidade do gasto público.

Valor: É possível esperar o próximo governo para fazer essa reforma?

Bijos: O ideal é que essa discussão ganhe tração pós-eleições municipais, especialmente em 2025. Esse é o cenário tecnicamente ideal. No médio prazo, essa será um pauta inescapável.

Valor: Mas qual é o limite temporal?

Sem nenhuma mudança, o arcabouço dura até quando?

Bijos: O cenário de inércia não é positivo e isso já foi demonstrado por estudos do Tesouro, já que haveria um achatamento forte de discricionárias, e isso está contratado e não é muito distante.

Valor: Avalia que uma nova reforma ampla da Previdência será necessária?

Bijos: Uma das marcas do século XXI será o envelhecimento populacional, e todos os especialistas em Previdência já apontam para uma necessidade de tratar isso nas finanças públicas. Há um desafio previdenciário e terá de ser equacionado, e a indexação é um agravante deste processo. O ideal é tratar as duas frentes.

Valor: O governo tem utilizado créditos extraordinários em vez de utilizar o Orçamento, principalmente no caso de calamidades e, agora, com a emergência

climática.

Não é uma saída ruim?

Bijos: Para casos de calamidade, já está reconhecido que é permitido abrir crédito extraordinário.

Claro que há um desafio contratado com a emergência climática, o que só reforça a necessidade de controle das obrigatórias, já que novos gastos terão de ser acomodados.

Valor: Qual sua avaliação sobre a proposta de Orçamento de 2025?

Ela é mais consistente quando comparado ao de 2024?

Bijos: O lado mais positivo, a meu ver, foi o fato de ter iniciado a abordagem da orçamentação de médio prazo [com previsões de despesas para 2026]. A ideia é que isso seja expandido aos poucos até chegar no horizonte de quatro anos, porque justamente é com esse tipo de exercício de antevisão que vai ser possível enxergar com mais clareza os desafios de achatamento institucionais. E, para mim, o grande desafio é, justamente, conseguir tracionar a agenda de redução do gasto para que ela evolua para uma segunda etapa mais estrutural.

Valor: Mas é preciso fazer essa revisão das obrigatórias para produzir efeitos já em 2025?

Bijos: É o momento de tracionar a discussão a ponto de ter algum direcionamento mais claro.

Pelo menos um plano de voo, para poder ser dito que o arcabouço vai ser sustentável.

Valor: Será possível alcançar a meta de superávit de 0,25% do **PIB** em 2026?

Bijos: Para ser crível, realmente vai ser fundamental que essa revisão estrutural do gasto aconteça em 2025. Pelo menos que haja um encaminhamento claro que demonstre por A mais B que isso vai ser fatível.

Valor: E há ainda o problema dos precatórios, que em 2027 passam a contar integralmente para a meta fiscal. O que fazer?

Bijos: Seria positivo se, no próximo 15 de abril [data de envio do novo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias], a discussão dos precatórios entrasse naquele anexo de revisão de gastos. O anexo começou com Previdência e Proago e a ideia é expandir esse conjunto de despesas. Pra mim, precatório seria bem interessante que entrasse, com

aquela lógica de olhar para um horizonte de quatro anos e comparar duas curvas, uma se nada for feito e a curva com as medidas propostas.

Valor: A dívida bruta do governo está crescendo, apesar da melhora no primário. Como o senhor avalia e como enfrentar esse problema?

Bijos: Essa é uma questão realmente fundamental, porque trajetória da dívida pública é o indicador mais olhado por analistas e investidores. Porque, em última instância, indica a solvência do Estado. Vai ser um grande mérito do governo entregar o resultado [fiscal] em 2024 etc. Mas, quando a gente dilata o horizonte temporal, para ter sustentabilidade, seja para o arcabouço, seja para a trajetória da dívida, vai ser fundamental pivotar a trajetória das despesas obrigatórias.

Valor: Então não tem saída?

Bijos: Não tem.

"O que mais se aproxima de uma bala de prata é a desindexação combinada com a desvinculação"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993?page=1§ion=1)**

Europeus resistem a cortar programas sociais para voltar a financiar defesa



Helicópteros americanos Apache AH-64 usados em exercícios no campo de treinamento usado pelo exército dos EUA em Hohenfels, na Alemanha

Tom Fairless e Bertrand Benoit Dow Jones, de Görlitz (Alemanha)

Quando a Guerra Fria acabou, os governos europeus cortaram seus gastos militares e alocaram vários trilhões de dólares em programas sociais - uma política popular entre os eleitores quando a Europa enfrentava poucas ameaças externas e desfrutava da proteção dos Estados Unidos.

Agora, as nações europeias enfrentam dificuldades para abrir mão desse bônus dos tempos de paz, mesmo com a guerra na Ucrânia e os EUA tentando mudar seu foco para a China. A maioria não está conseguindo colocar seus exércitos em forma para lutar.

A lição: trocar armas por manteiga é fácil; reverter essa tendência é muito mais difícil.

Isso significa que os ministros da Defesa estão tendo dificuldades para obter o que precisam, apesar das promessas de aumento dos gastos militares. Na Alemanha, a maior economia da Europa, as bases militares estão sucateadas ou foram convertidas para uso civil, como centros esportivos, moradias para idosos e escritórios de fundos de pensão. O exército, que contava com 500 mil soldados na Alemanha Ocidental e 300 mil na Alemanha Oriental durante a Guerra Fria, tem hoje só 180 mil, com poucas centenas de tanques operacionais, comparado a mais de 2.000 Leopard 2, os principais tanques de batalha que a Alemanha Ocidental tinha nos anos 80.

"Isso é frustrante para mim", disse o ministro da Defesa da Alemanha, Boris Pistorius, a jornalistas

recentemente, após conseguir bem menos do que solicitou para o orçamento militar do ano que vem. "Isso significa que há certas coisas que não posso fazer... no nível que a ameaça exige." Também é provável que frustrar as expectativas dos EUA, que responde por dois terços dos gastos militares entre os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental).

Os dois candidatos presidenciais dos EUA querem que a Europa arque com mais de seus custos de segurança.

Se Donald Trump vencer em novembro, o apelo para que a Europa faça isso provavelmente será maior. Trump disse em fevereiro que os EUA não defenderão aliados que não cumprirem com a meta mínima de gastos equivalentes a 2% do **PIB** com seus militares, dizendo que a Rússia poderia "fazer o que quisesse" com aqueles que não atingissem a meta. Nos últimos dias, ele disse que os aliados deveriam gastar 3% do **PIB** - igualando os níveis dos EUA.

Poucas nações europeias, com exceção da Polônia e os Estados bálticos estão perto de gastar 3% do **PIB** com seus militares. O Reino Unido prometeu, sob o governo anterior conservador, elevar os gastos militares para 2,5% do **PIB** até 2030, dos atuais 2,3%. Mas o novo premiê trabalhista, Keir Starmer, se recusou a definir uma data para isso. Os gastos militares na Itália e Espanha, enquanto isso, são inferiores a 1,5% do **PIB**.

No atual ritmo de rearmamento, a Alemanha precisaria de 100 anos para devolver seus estoques de obuses de artilharia aos níveis de 2004, segundo um relatório divulgado este mês pelo Kiel Institute for the World Economy, um centro de estudos independente.

Armas versus manteiga. Durante as negociações para o orçamento de 2025 da Alemanha, este ano, o ministro das Finanças Christian Lindner queria liberar dinheiro para a defesa congelando os gastos sociais por três anos. A iniciativa foi rejeitada por outros partidos da coalizão que sustenta o governo e o orçamento da defesa foi elevado em apenas 1,2 bilhão em comparação a 2024 - o suficiente apenas para cobrir o último aumento salarial dos militares.

Os gastos com a ajuda militar à Ucrânia foram

reduzidos para 4 bilhões, cerca de metade do nível deste ano.

O que os partidos da coalizão concordaram foi com um aumento de 108, por dois anos, no Kindergeld - um pagamento anual de 3.000 por filho para todas as famílias, independentemente da renda. Hoje, só esse benefício, pago a famílias com filhos de até 25 anos, custa mais de 50 bilhões por ano, tanto quanto o orçamento anual do Ministério da Defesa.

"Considero fatal a ideia de que precisamos dismantelar o estado de bem-estar social porque precisamos de mais dinheiro para os militares", disse Robert Habeck, ministro da Economia. Ele argumentou que a Alemanha enfrenta não só uma ameaça externa da Rússia, mas também uma interna, de pessoas que estão ficando desiludidas com a democracia - numa referência ao ascendente partido de extrema direita Alternativa para Alemanha (AfD). "Os gastos sociais são necessários para manter o país unido", disse ele.

Na década de 80, os gastos militares da Alemanha Ocidental eram de cerca de 3% do **PIB** e de mais de 5% na Alemanha Oriental. Em 2022, a Alemanha, agora unificada, gastou 1,4%. Como resultado, o país economizou um total de 680 bilhões que foram destinados à reconstrução do leste anteriormente comunista e à extensão do estado de bem-estar social para a região, segundo o centro de estudos Ifo de Munique. A Europa como um todo economizou em torno de 1,9 trilhão desde 1991, gastando menos de 2% do **PIB** com suas forças armadas, segundo o Ifo.

A meticulosamente restaurada cidade de Görlitz, no sudeste da Alemanha, cenário de filmes de Hollywood como "O Grande Hotel Budapeste" e "Bastardos Inglórios", exibe os frutos do dividendo da paz do país. Nas praças barrocas da cidade, aposentados saboreiam café com leite. Alunos estudam gratuitamente em um arejado campus universitário revitalizado com vista para o rio. A estação de trem está em reformada, uma praça central passa por uma remodelação e o hospital local está construindo uma nova ala para idosos.

A cidade também mostra por que os políticos estão receosos em trocar "manteiga por armas", termo dos economistas para a escolha que os Estados devem fazer entre gastos militares e sociais. Com uma população envelhecida e economia fraca, a cidade recebe a segunda maior transferência regional de dinheiro dos contribuintes na forma de subsídios e benefícios sociais entre todos os distritos alemães.

Mesmo assim, as promessas de gastos do governo sobrecarregam os recursos de Görlitz, que arca com alguns dos custos, incluindo apoio às crianças, diz o

administrador distrital Stephan Meyer.

O distrito recebeu uma ajuda de 40 milhões no fim de 2023 do governo estadual, para cobrir um déficit orçamentário. Meyer acredita que o rombo entre as receitas e os gastos deverá aumentar para cerca de 100 milhões até 2028.

"Todos entendem que estamos em um momento muito especial.

A questão é de onde virá o dinheiro", diz Christian Mölling, especialista em defesa e diretor do programa Europa da Bertelsmann Foundation de Berlim.

Dias após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022, o premiê alemão Olaf Scholz prometeu aumentar os gastos militares para mais de 2% do **PIB** e anunciou um fundo especial de investimento de 100 bilhões para o rearmamento.

Especialistas elogiaram a medida, mas alertaram que o limite de 2% não seria suficiente para fortalecer as forças armadas rapidamente, dado o subfinanciamento crônico.

Mas dois anos depois o orçamento de defesa da Alemanha está em 1,3% do **PIB**, e os gastos militares totais só estão atingindo o limite de 2% graças ao fundo de investimento fora do orçamento. Quando esse fundo se esgotar em 2028, a Alemanha terá que aumentar seu orçamento de defesa em 60% para mantê-lo acima de 2%, o que os analistas dizem ser improvável.

Excluindo o fundo especial, a parcela do orçamento de defesa que vai para a aquisição de novas armas e munições caiu de 10 bilhões em 2022 para 3 bilhões este ano, segundo Hans-Peter Bartels, presidente da Sociedade Alemã de Política de Segurança, uma organização de lobby das forças armadas.

O restante vai principalmente para pessoal, manutenção, treinamento e custos de construção.

Benjamin Tallis, pesquisador sênior do Conselho Alemão de Relações Exteriores, chamou o esforço de rearmar a Alemanha de "muito pouco, lento demais, incerto".

Enquanto isso, a rede de bem estar social do país somou 1,25 trilhão em 2023, ou 27% do **PIB** - maior que Dinamarca e Suécia e em comparação com 23% para os EUA em 2022, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Funcionários do governo argumentam que o fundo de rearmamento é uma prova de seu compromisso e

dizem que regras orçamentárias rígidas significam que a Alemanha não pode contrair empréstimos para gastar mais, e cortar o bem-estar social arriscaria o apoio público à Ucrânia.

Impopular entre os eleitores.

Economistas dizem que há muitas medidas de bem-estar social que poderiam ser reduzidas para aumentar os gastos militares. O subsídio ao transporte público e a trens regionais em todo o país, custa ao Estado 3 bilhões por ano. Outros 5 bilhões vão para o treinamento de desempregados, apesar da economia que está quase no pleno emprego, diz Moritz Schularick, do Instituto Kiel.

Estados como a Saxônia, onde fica Görlitz, oferecem benefícios adicionais, como dezenas de milhares de dólares em subsídios para famílias que desejam comprar sua primeira casa e férias subsidiadas para famílias de baixa renda.

Aumentar os gastos militares da Alemanha para 3% do **PIB** exigiria encontrar mais 40 bilhões por ano, o equivalente ao orçamento anual de defesa da França. Um estudo de Mölling, publicado este mês, estima que preencher a lacuna nas defesas da Alemanha até 2030 custaria 103 bilhões.

"Não tenho certeza de que [cortar gastos com bem-estar] seja a solução", disse Michael Kretschmer, governador conservador da Saxônia, onde fica Görlitz, dizendo que o país precisa gastar mais em defesa, mas também em escolas, infraestrutura e outros itens. "Acho que o que precisamos é de uma economia que cresça mais rápido." O AfD aposta que há pouco apetite entre o público para aumentar os gastos militares. O partido venceu no Estado da Turíngia, no leste da Alemanha, e quase venceu as eleições estaduais da Saxônia em 1o de setembro - prometendo novos benefícios, como refeições escolares gratuitas, enquanto reduções nos gastos militares.

"A Ucrânia e os refugiados são mais importantes do que a comida escolar?" disse Mike Moncsek, membro do parlamento alemão pelo AfD da Saxônia.

O novo partido de esquerda BSW também teve um bom desempenho nas eleições ao prometer "manteiga em vez de armas".

"Não queremos nos preparar para a guerra, queremos nos preparar para a paz", disse Zaklin Nastic, especialista em política de defesa do partido no parlamento. "E, acima de tudo, precisamos preservar a paz social aqui na Alemanha." Já os projetos militares enfrentam oposição local. Perto de Görlitz, centenas

de manifestantes e políticos da extrema direita e esquerda fizeram um protesto este ano perto de uma base aérea desativada, onde Manfred von Richthofen, o ás da aviação da 1ª Guerra Mundial conhecido como Barão Vermelho, uma vez treinou.

Os manifestantes queriam impedir que o principal fabricante de armas do país, Rheinmetall, construísse uma nova fábrica de munições no local que abasteceria a Ucrânia e reabasteceria os estoques alemães. Muitos temiam que a fábrica pudesse se tornar um alvo da Rússia. Em poucas semanas, a empresa disse que, em vez disso, aumentaria a capacidade de uma fábrica existente na Baviera.

Ao norte da cidade, fica um dos maiores campos de treinamento militar da Alemanha. O prefeito de Görlitz, Octavian Ursu, gostaria de expandir a instalação, mas políticos locais se opõem à medida. "Os moradores reclamam que está sendo feito muito pela Ucrânia", disse Ursu.

"É fatal a ideia de que temos de dismantelar o bem-estar social porque precisamos pagar militares" Robert Habeck

(Tradução de Mario Zamarian e Samara Leonel)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187993?page=1§ion=1>

Desconfiança do mercado com a política fiscal aumenta e juro futuro salta à máxima do ano

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari e Victor Rezende De São Paulo (Colaborou Bruna Furlani)

O mercado voltou a mostrar preocupação com o equilíbrio das contas públicas e embalou a terceira sessão consecutiva de estresse nos juros futuros, que alcançaram os maiores níveis do ano e se firmaram acima dos 12%. Houve uma frustração dos agentes com o relatório bimestral de receitas e despesas divulgado na sexta-feira, diante de uma redução na contenção total de R\$ 15 bilhões anunciada em julho. E, diante da percepção de uma política fiscal menos austera que o esperado, os investidores exigiram prêmios de risco que afetaram não somente os juros futuros, mas também os mercados de câmbio e bolsa.

No pregão de sexta-feira, a piora na percepção de risco provocou forte estresse nos mercados, o que se intensificou ontem. A taxa do DI para janeiro de 2029 registrou um salto, ao passar de 12,31% para 12,475%, após ter ido a 12,575% na máxima da sessão. No mercado de câmbio, o dólar chegou a encostar em R\$ 5,60, mas encerrou o dia negociado a R\$ 5,5344, em alta de 0,25%, enquanto o Ibovespa recuou 0,38%, aos 130.568 pontos.

"A sinalização representada pela redução no esforço fiscal anunciado anteriormente, em meio a um déficit primário crescente, foi recebida negativamente pelos mercados, por sugerir uma propensão do governo a gastar o máximo permitido legal e tecnicamente pelo arcabouço fiscal, apesar da necessidade de ajustes estruturais e mais duradouros nas despesas", avalia o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski.

Para ele, o ceticismo do mercado doméstico neste momento não está tão relacionado ao cumprimento ou não das regras do arcabouço fiscal neste ano, mas guarda relação com uma baixa confiança dos agentes econômicos diante de "vulnerabilidades não endereçadas" e da "percepção de um compromisso fraco com a estabilização efetiva da dívida pública".

A avaliação guarda semelhança com a do sócio e chefe da área de renda fixa da Ace Capital, Luiz Alberto Basqueira, para quem a piora dos mercados

tem como principal razão "a desconfiança com o fiscal". "O mercado já é cético há algum tempo com a política fiscal, mas, mais recentemente, algumas pequenas medidas e anúncios do governo se acumularam e lembraram os agentes de que existe uma dificuldade com as contas públicas", diz.

Basqueira cita a iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) em autorizar mais créditos extraordinários; o relatório de receitas e despesas da semana passada; e o anúncio do vale-gás, "que deve ser alterado pelo governo, mas, ainda assim, deixa uma cicatriz".

"Isso acontece sob um pano de fundo muito ruim e diante de uma preocupação maior do mercado com a dívida/**PIB**. Duas coisas incomodam o mercado: a percepção de que o governo não tem disposição em entregar o superávit necessário para estabilizar a dívida; e o fato de que a meta atual pode ser entregue mas somente com medidas do lado das receitas, com muitos "one-offs"... O mercado vê esse ajuste sendo feito com uma qualidade ruim", avalia o gestor da Ace.

A esse ambiente fiscal negativo se soma, ainda, o início do ciclo de aperto monetário, com uma comunicação bastante dura adotada pelo Banco Central na semana passada. "E uma projeção alta [de **inflação**] no cenário de referência, o que indica para o mercado que o cenário de juros no modelo do Copom [que inclui alta de 1 ponto na Selic] vai ter de ser mais alto", afirma Basqueira. Não por acaso, a Ace tem mantido em suas carteiras posições "tomadas" em juros, ou seja, aposta na alta das taxas futuras ao longo de toda a curva.

Além das taxas longas, que dispararam nos últimos dias, também os juros de curto prazo seguiram em alta firme, em um sinal de que o mercado continua a ver um ciclo de aperto cada vez mais intenso à frente. O Boletim Focus, inclusive, passou a mostrar já ontem uma Selic de 11,75% no fim do ciclo, em janeiro, enquanto o mercado já precifica uma taxa de 12,75% em meados do próximo ano.

Mas nem mesmo esse ambiente de disparada dos juros brasileiros tem dado apoio ao real. Apesar de um

bom movimento de valorização na quinta-feira, a moeda brasileira foi duramente penalizada pelo aumento da percepção de risco nas duas últimas sessões.

"O fiscal continuou sendo o "nó górdio", o problema insolúvel do país. O governo perdeu uma boa oportunidade de mostrar que está levando a sério a questão, não só no curto e médio prazo, mas de forma estrutural", diz o chefe de câmbio da tesouraria da XP, Andrei Basilio.

Para ele, independentemente do número do relatório, o que pesa é a oportunidade perdida. "Você está vendo que o BC está lutando com um crescimento maior da economia que pressiona a **inflação**, o que o leva a subir juros; você está tendo uma arrecadação melhor, principalmente por conta de uma política fiscal mais expansionista, e isso está se refletindo na arrecadação.

Então, esse era o momento de fazer o colchão, e não o contrário." Se não houver novas surpresas negativas na parte fiscal e o governo entregar o que promete a médio prazo, o real é uma boa aposta, na visão de Basilio. "Mas, no momento, fica um gosto amargo por conta do relatório bimestral, e isso ficou evidente na curva de juros." É nesse contexto que o gestor de renda fixa Maurício Bernardo, da Vinland Capital, diz achar "razoável" o aumento de prêmio no mercado, diante da frustração com o relatório de receitas e despesas.

Ele lembra que o momento já era de bastante pressão na curva de juros, à medida que o mercado se ajusta a um cenário de Selic mais alta. E, segundo Bernardo, os temores renovados do mercado com a política fiscal adicionam ainda mais incerteza ao quadro atual e levam os investidores a pensar se uma alta da taxa ainda mais forte que o 0,5 ponto precificado para novembro pode ser adequada.

"O prêmio de risco bate na taxa de câmbio e faz com que o mercado questione inclusive se não vai ser necessário um aperto [monetário] ainda mais célere. Se vai precisar de um aperto maior, por que não fazê-lo mais rapidamente? O mercado começa a colocar isso na conta", diz o gestor da Vinland. Na semana passada, o mercado de opções digitais para a próxima reunião do Copom, em novembro, chegou a precificar uma chance minoritária de o BC aumentar a Selic em 0,75 ponto percentual.

Na visão de Bernardo, o mercado ainda tem espaço para adicionar mais prêmio à curva, seja pela expectativa de que o juro terá de subir ainda mais ou por conta do risco fiscal." Se não tivermos notícias positivas no campo fiscal ou números mais benignos

no campo da **inflação** e da atividade, é razoável que o mercado continue precificando um prêmio acima de 2,5 pontos", diz, ao se referir ao nível de Selic que o mercado vê hoje no fim do ciclo.

É o que também aponta o chefe de multimercados do ASA, Filipe Santa Fé, para quem o comportamento do mercado de juros é "natural".

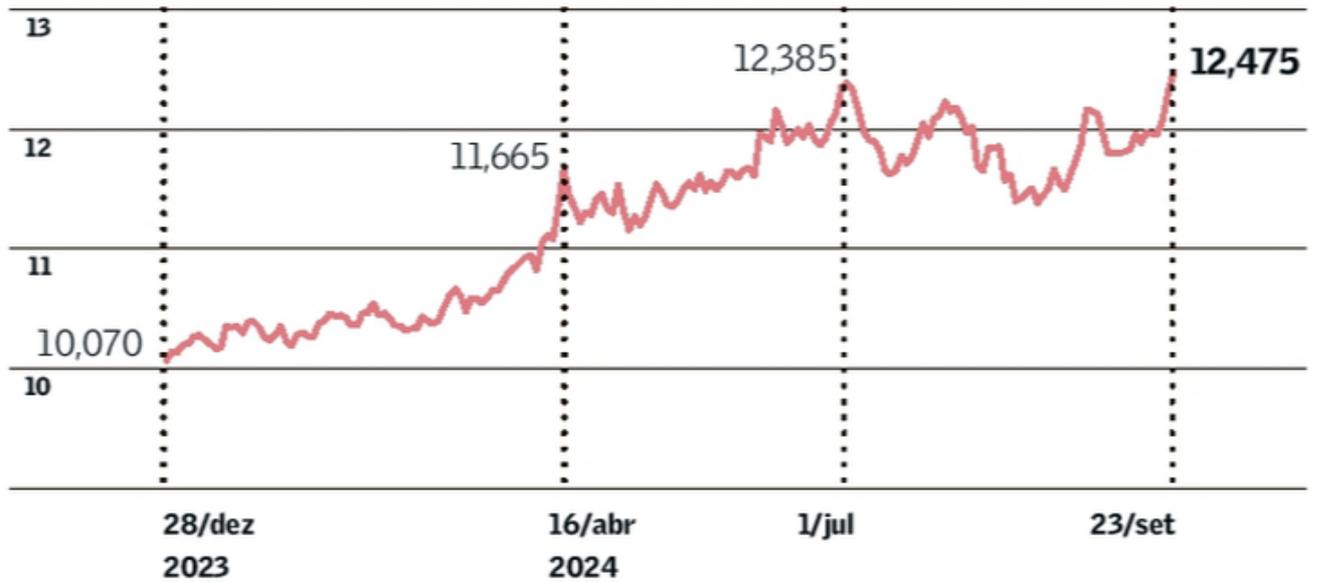
"Não acho que seja uma questão de posicionamento ["stops" de posições] nem que o movimento esteja, por enquanto, exagerado. Talvez a velocidade do movimento tenha chamado atenção, mas não estamos obviamente em um extremo de preços", opina.

"Se não tivermos notícias positivas, é razoável mercado exigir prêmio maior" Maurício Bernardo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187993>

Estresse no mercado

Taxa do DI para janeiro de 2029 (em %)



Fonte: Valor PRO e B3